



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 12

Sessão Ordinária Junho

1.ª Reunião de 19/06/2014

Aos dezanove dias do mês de Junho do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Primeiro Secretário, e da Vogal Maria Leonor Nunes dos Reis, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria cristina Macedo da Veiga, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Aida Isabel Pereira Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:45 horas, o Presidente da Mesa em exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião não houve vogais a faltarem.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Jorge Manuel Mengo Ratola, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Não estive presente o Vereador: António Manuel Soares Nogueira de Lemos

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa, deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Maria José Teixeira Morais Afonso França, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e Carlos Manuel Silva Santos, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros,

Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, e Aida Isabel Pereira Tavares.⁰⁰²

Nesta reunião da sessão ordinária não houve substituições de Presidentes de Junta.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, João Condinho Vargas, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia e António dos Santos Costa, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “*Ordem-do-Dia*” para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. - Informação do Presidente sobre a Atividade Municipal de 12ABR14 a 19JUN14;

Ponto 2. - Apreciação e votação da proposta de Júri do Concurso das Chefias de Divisão;

Ponto 3. - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas dos Serviços Municipalizados de Aveiro de 1 de janeiro a 30 de abril de 2014;

Ponto 4. - Apreciação e votação da 2ª Revisão às GOP e ao Orçamento 2014;

Ponto 5. - Apreciação e votação do “Pacto dos Autarcas”;

Ponto 6. - Apreciação e votação da “Carta para a Governação a Vários Níveis na Europa”;

Ponto 7. - Apreciação e votação da Moção – Em defesa da FARAV “Feira de Artesanato de Aveiro e dos artesãos”;

Ponto 8. - Apreciação e votação da despesa plurianual de prestação de Serviços de Segurança e Vigilância das instalações dos Serviços Urbanos. (PONTO ADITADO NESTA REUNIÃO da SESSÃO).

Continuando, o Presidente da Mesa, informou que ia colocar à votação do plenário as actas das reuniões⁰⁰³ da sessão anterior, em tempo distribuídas a todos os membros da Assembleia:

Acta n.º 08 – Sessão Ordinária Abril (1.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 09 – Sessão Ordinária Abril (2.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 10 – Sessão Ordinária Abril (3.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 11 – Sessão Ordinária Abril (4.ª reunião): - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário um *voto de pesar seguido de um minuto de silêncio*⁰⁰⁴ pelo falecimento do Dr. Sebastião Dias Marques, fundador do PSD em Aveiro, deputado à Assembleia Constituinte e Governador do Distrito de Aveiro. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário um *voto de pesar seguido de um minuto de silêncio*⁰⁰⁵ pelo falecimento do Professor Vasco Augusto Pinho Ferreira Branco, pintor ceramista, cineasta amador. Homem polifacetado, ligando-se sempre à nossa cidade. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário um *voto de pesar seguido de um minuto de silêncio*⁰⁰⁶ pelo falecimento do Padre José Félix de Almeida, pároco em São Bernardo desde dezembro de 1963 até julho de 2003, fundou e dirigiu o Centro Social e Paroquial, com várias valências de solidariedade social. Marco fundamental na história de Aveiro e em particular de São Bernardo. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário um *voto de pesar seguido de um minuto de silêncio*⁰⁰⁷ pelo falecimento do Senhor Eliseu Serrano, ex-autarca na Junta de Freguesia da Glória durante vários mandatos, como eleito pelo partido Socialista. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁰⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁰⁹

(Deu entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros)

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário um *voto de louvor*⁰¹⁰ à equipa feminina do Alavarium Andebol Clube de Aveiro, pelos sucessos desportivos da conquista pela segunda vez consecutiva do Campeonato Nacional de seniores femininos. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa, passou a ler um pedido feito pelo Presidente da Câmara, para a necessidade urgente no agendamento da sessão, de mais um ponto na ordem-do-dia “*Apreciação e votação da despesa plurianual de prestação de Serviços de Segurança e Vigilância das instalações dos Serviços Urbanos*”. Colocado à votação foi aprovado por maioria, ⁰¹¹com trinta e cinco votos a favor e uma abstenção.

Concluídas as votações, o Presidente da Mesa deu início ao período regimental de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Os grupos municipais indicaram, nos termos regimentais, quais os vogais que iam intervir neste ponto regimental:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰¹³

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Deputados Municipais e demais presentes. A clamorosa derrota sofrida pelo PSD e CDS nas recentes eleições para o Parlamento Europeu, com o pior resultado desde setenta e cinco, representa uma poderosa manifestação de vontade do povo português em interromper este caminho de desastre, e não há encenação que disfarce tal derrota. Uma derrota perante a qual o poder político, Governo, Assembleia da República e Presidente da República, não podem ficar alheios porque ela demonstra, com total clareza, uma ampla censura popular a este Governo e à sua política. Uma censura a um Governo e a uma política de catástrofe económica e social que fazem do período de vigência do XXIX Governo Constitucional o tempo mais negro da vivência democrática no nosso país. Um rasto de violência, destruição e drama que é resultado da aplicação de um pacto de agressão imposto pela Troika nacional e estrangeira, das próprias opções políticas deste Governo do PSD e CDS, das orientações e opções políticas de uma União Europeia que, no seu conjunto, consubstancia um vasto programa ao serviço do grande capital e transnacional ao serviço das grandes potências europeias. Um rasto de violência, destruição e drama, que se expressa numa galopante aniquilação do tecido produtivo que conduziu milhares de empresas à falência, quase cem mil, o desemprego brutal e massivo, mais de setecentos e setenta mil desempregados e quatrocentos e setenta mil empregos destruídos nestes últimos três anos. A emigração diária de milhares de portugueses, mais de duzentos e trinta mil, neste período; no aumento da exploração do trabalho; num acelerado processo de empobrecimento de milhões de portugueses; no alastramento da pobreza, com mais seiscentos mil novos pobres; a violação dos direitos constitucionais mais elementares, seja na lei do trabalho, seja nas leis do trabalho, na garantia do direito à saúde, à segurança social ou à educação. Uma obra de destruição que conduziu ao aumento desmesurado de dívida e dos seus encargos, tudo para garantir pacotes milionários de apoio à banca e assegurar milhares de milhões de euros aos que especulam com a vida portuguesa. Tudo para manter privilégios ao grande capital como o testemunha o escandaloso volume de benefícios fiscais concedidos e a redução de impostos sobre os rendimentos do capital. Ao contrário do que afirma a propaganda do Governo, o país está mais frágil, mais pobre, mais dependente e também mais desigual, mais injusto. Pior ficará a manter-se este Governo e a sua política. É esta a verdadeira situação do país e não a mistificada realidade que a propaganda governamental constrói e que anuncia milagres económicos para iludir as consequências concretas da vida de milhões de portugueses e de uma política de empobrecimento do povo e ruína do país. Uma política que este Governo pretende continuar a coberto da fantasiosa saída limpa. A ameaça da eternização desta política da destruição das condições de vida de milhões de portugueses é real. Para lá da cortina da propaganda o país continua a afundar-se sob o peso de uma dívida insustentável que atinge agora cento e trinta por cento do PIB e, em particular, o regresso a novas quebras da economia, no último trimestre, de zero ponto sete por cento, em cadeia, e que confirma que o actual rumo só pode conduzir ao abismo económico e social. É essa perspectiva de afundamento nacional, de regressão económica e social, que se apresenta para o futuro, mantendo-se as orientações atuais e a política de submissão perante a Troika. Os mercados financeiros e os ditames da política monetária e orçamental da União Europeia, em contínuo empobrecimento, como já o tem admitido o próprio Presidente da República, como indiciam as recentes decisões do Governo, seja na estratégia de médio prazo aprovada pelo Governo, seja no documento de Estratégia Orçamental catorze-dezoito, seja no chamado guião para a

Reforma do Estado. Hoje, mais do nunca, a permanência do actual Governo e o prosseguimento da sua política de submissão que põe em causa o futuro do país. Não há campanha de mistificação que possa ocultar o caminho de perpétua condenação do país à dependência e do povo ao empobrecimento que este Governo impõe. Um caminho que passa por tornar definitivos os cortes salariais, pensões e apoios sociais, que apresentaram como temporários. Uma imposição de mais impostos sobre os trabalhadores e o povo de que é exemplo o aumento da TSU ou do IVA, ou a imposição de um modelo económico assente em baixos salários e no trabalho precário, com novas alterações, para pior, das leis laborais, com a facilitação dos despedimentos e a fragilização da contratação coletiva; que passa pelo ataque ao direito à reforma com a nova contra-reforma do sistema de pensões; que passa pelo ataque aos serviços públicos e às funções sociais do Estado; que passa pelo estrangulamento da atividade dos pequenos e médios empresários e dos pequenos e médios agricultores, pela alteração à lei dos baldios e pela alienação da capacidade produtiva nacional; que passa pela transferência para o grande capital nacional e transnacional de empresas e sectores estratégicos, num quadro de um crescimento económico residual e com uma taxa de desemprego insuportável.

Portugal e o povo português estão a braços com um Governo que, assumindo uma política de subversão do regime democrático e em confronto com a Constituição da República Portuguesa e de chantagem perante o Tribunal Constitucional, põe em causa o regular funcionamento das instituições democráticas. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE):⁰¹⁴

“Boa noite a todos os presentes. Gostava de lembrar que o Bloco apresentou aqui, no passado mês de Dezembro, nesta Assembleia Municipal, uma moção para que a autarquia aveirense mantivesse o horário laboral de trinta e cinco horas semanais. Nessa mesma sessão o Presidente deste Executivo, Ribau Esteves, disse que estava a fazer porque todas as câmaras da CIRA, a Comunidade Intermunicipal da Região, da qual é presidente, adotassem a mesma política. E que, por isso, não fazia sentido aprovar aqui aquilo que seria mais fácil aprovar na CIRA, era mais fácil fazê-lo através da CIRA. Isto depois de, na altura, num jornal local se ter afirmado também contra as quarenta horas. E mais... ter dito publicamente, nesse mesmo jornal, que seria fácil, na Câmara de Aveiro, voltar às trinta e cinco horas semanais porque a Câmara tem funcionários a mais. Fazendo hoje o balanço, meio ano depois, um bocadinho mais de meio ano depois, a realidade é tão simples quanto esta. Todas as onze câmaras da CIRA, com exceção de uma, a de Ovar, adotaram as quarenta horas. Todas as câmaras do distrito de Aveiro que não fazem parte da CIRA fizeram um acordo com os sindicatos para adotar as trinta e cinco horas. A conclusão que podemos tirar daqui é simples. Aquilo que Ribau Esteves disse não era verdade. E apesar de ser fácil em Aveiro, segundo o próprio, optar pelas trinta e cinco horas semanais preferiu manter as quarenta, contribuindo assim, de forma gratuita, para mais um ataque aos salários dos trabalhadores da autarquia aveirense. Muito obrigado.”

Vogal Maria da Luz (JPA):⁰¹⁵

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Ex.ma Câmara. Público em geral. Em primeiro lugar eu gostaria de começar a minha intervenção com uma saudação. E a saudação que queria deixar era para o Sr. Dr. Miguel Viegas pela sua eleição como deputado ao Parlamento Europeu, uma vez que é o único eurodeputado que pertence ao distrito de Aveiro. E eu acho que é importante que a Assembleia Municipal de Aveiro reconheça que temos um interlocutor privilegiado no Parlamento Europeu e que

pertence a uma determinada força política que faz parte da nossa Assembleia Municipal. Eu acho que é justa esta saudação e não queria deixar de a fazer.

Uma outra, também de índole pessoal, diz respeito ao quinto aniversário do desaparecimento do Sr. Dr. Carlos Candal, e dispenso-me de me referir à personalidade do Dr. Carlos Candal uma vez que é sobejamente conhecida, portanto dispenso a adjetivação e essa referência. Apenas para dizer que o Município ainda tem que cumprir uma deliberação sobre a toponímia da cidade e atribuir o nome de uma artéria da cidade de Aveiro, preferencialmente da Vera Cruz, com o nome do Dr. Carlos Candal. Aliás, foi uma alusão que o grupo municipal do PS fez na intervenção do 25 de Abril, e não gostaríamos de deixar passar esta efeméride em claro.

Questões mais substanciais. Uma em relação ao Fundo de Apoio Municipal. A proposta de lei é conhecida. As referências aos montantes financeiros que irão constituir o FAM também são conhecidos, cerca seiscientos e cinquenta milhões de euros. A sua repartição também, trinta por cento para o Estado e setenta para o conjunto dos outros municípios. E há um conjunto de regras, mas penso que não será a altura própria para nos determos sobre elas. Deixar duas ou três notas. A primeira é uma nota de alguma preocupação. Seiscientos e cinquenta milhões de euros atendendo às dificuldades de muitos municípios portugueses, cerca de trinta, trinta e cinco municípios, com Portimão à cabeça, afigura-se que, provavelmente, seiscientos e cinquenta milhões de euros não serão suficientes para fazer face aos problemas estruturais da maior parte desses municípios. Da própria negociação, da forma como a proposta está apresentada e, possivelmente, alguma evolução em relação a algumas das regras, esperemos que haja aqui algumas arestas que ainda possam ser limadas. Há aqui questões que são de particular importância, nomeadamente as repercussões fiscais nos municípios. No fundo, cada município celebrará com o FAM um programa de ajustamento, portanto tudo é feito tal qual como a semântica como se tivéssemos a ser ajudados por uma Troika. O problema está é com o modelo de desenvolvimento que nós pretendemos para os municípios, sobretudo para o Município de Aveiro. Se vamos introduzir uma nova receita de austeridade à imagem do Estado ou se temos aqui um paradigma de desenvolvimento que nos parece uma boa solução. Aliás, o PS e também algumas das promessas eleitorais feitas pelo Executivo Municipal vão em sentido contrário a essa. Mas não gostaríamos de deixar de fazer esse alerta até porque, provavelmente, quando aqui nos debruçarmos sobre esta matéria seguramente estaremos a deliberar sobre o assunto que será o mais importante de todo o mandato. E não andarei muito longe da verdade. Devemos todos fazer uma reflexão profunda sobre esta proposta de lei para estarmos em condições de a podermos discutir com o Executivo Municipal.

Por último, uma promessa falhada pelo Sr. Presidente da Câmara que diz respeito à justificação económico-financeira relativa à nova organização dos Serviços da Câmara de Aveiro.

O Sr. Presidente da Câmara, num primeiro momento, disse que a faria chegar rapidamente à Assembleia Municipal. Num segundo momento referiu-se que o tempo político da oposição era diferente do tempo político da Câmara Municipal. Nós entendemos que o tempo político está esgotado. Há ou não há uma justificação económico-financeira para esta alteração que foi produzida? O tempo parece estar a dar razão ao PS. Uma vez que essa justificação e esse documento não aparecem, nós, ao abrigo da lei, entregaremos um requerimento por escrito à Mesa da Assembleia para que possamos solicitar de uma forma formal, perdoe-se-me o pleonasma, essa justificação e esse documento que tardam em aparecer. Disse, Sr. Presidente.”

Vogal Carlos Barros (CDS):⁰¹⁶

“Obrigado, Sr. Presidente. Muito breve. Na sessão de dezembro sugerimos, conforme a lei o exige, que deveria ser implementado o Conselho Municipal de Segurança. É uma exigência da lei mas também considerámos que é importante pelas diversas propostas e informações que são dadas pelas diversas entidades. É um fórum com interesse pelos conhecimentos dos presentes das realidades no terreno. O Sr. Presidente da Câmara, na altura, disse que ia tratar de implementar este Conselho, mesmo que achando que é muita gente, mas é uma imposição da lei e achamos que o Sr. Presidente da Câmara, logo que possível, deve implementar o órgão porque é do interesse de todos.”

Vogal Marques Pereira (PS):⁰¹⁷

“Senhor Presidente, Senhores deputados, Excelentíssima Câmara. Em primeiro lugar eu gostaria de começar a minha intervenção com uma saudação. E a saudação que queria deixar é para o Senhor Dr. Miguel Viegas, pela sua eleição como deputado ao Parlamento Europeu, uma vez que é o único eurodeputado que pertence ao distrito de Aveiro. E eu acho que é importante que a Assembleia Municipal de Aveiro reconheça que temos um interlocutor privilegiado no parlamento europeu e que pertence a uma determinada força política que faz parte da nossa Assembleia. Eu acho que é justa esta saudação e não queria deixar de a fazer.

Uma outra também de índole pessoal, diz respeito ao quinto aniversário de desaparecimento do Senhor Dr. Carlos Candal. E dispenso-me de me referir à personalidade do Dr. Carlos Candal uma vez que é sobejamente conhecida. Mas apenas para dizer que o município ainda tem de cumprir uma deliberação da toponímia da cidade e atribuir uma artéria da cidade de Aveiro, preferencialmente da Vera Cruz, com o nome do Dr. Carlos Candal. Aliás, foi uma alusão que o grupo municipal do PS fez na cerimónia do 25 de abril e não queríamos deixar passar a efeméride em claro.

Questões mais substanciais. Uma o Fundo de Apoio Municipal. A proposta de lei é conhecida. A referência aos montantes financeiros que irão constituir o FAM também são conhecidos (seiscentos cinquenta milhões de euros). A sua constituição também (trinta por cento pelo estado e setenta por cento pelas Câmaras). E, enfim, há depois um conjunto de regras que penso não será altura própria para nos determos sobre elas, mas para deixar duas ou três notas. A primeira é uma nota de alguma preocupação. Seiscentos cinquenta milhões de euros atendendo às dificuldades de muitos municípios portugueses com Portimão à cabeça, afigura-me que provavelmente seiscentos cinquenta milhões de euros não serão suficientes para fazer face aos problemas estruturais da maior parte desses municípios.

Depois, da própria negociação, da forma como a proposta está a apresentada e possivelmente algumas das regras, esperemos que ainda hajam aqui algumas arestas que possam ser limadas. Há aqui questões que são de particular importância nomeadamente às repercussões fiscais nos municípios e portanto no fundo deixar esta grande nota. Cada município ajustará com o FAM um programa de ajustamento, e tudo é feito tal como se fossemos ajudados por uma troika. O problema está no modelo de desenvolvimento que nós pretendemos para os municípios, sobretudo para o município de Aveiro, se vamos introduzir uma receita de austeridade à moda do Estado, ou se temos um paradigma de desenvolvimento que nos pareça uma boa solução, aliás, algumas das promessas eleitorais do executivo municipal vão em sentido contrário a essa, mas queríamos deixar de fazer esse alerta. Até porque provavelmente quando aqui nos debruçarmos sobre esta matéria, seguramente estaremos a deliberar sobre o assunto mais importante de todo o mandato — e não andarei longe da verdade.

E, portanto, devemos todos fazer uma reflexão profunda sobre esta proposta de lei, para estarmos em condições de a podermos discutir com o executivo municipal.

Por último, uma promessa falhada pelo senhor Presidente da Câmara que diz respeito à justificação económica financeira relativo à nova organização dos serviços da Câmara de Aveiro.

O Senhor Presidente da Câmara num primeiro momento disse que a faria chegar rapidamente à Assembleia Municipal. Num segundo momento referiu-se que o tempo político da oposição era diferente do tempo político da Câmara Municipal. Nós entendemos que o tempo político está esgotado. Há ou não há uma justificação económico financeira para esta alteração que foi produzida? O tempo parece estar a dar razão ao PS e uma vez que esse documento e essa justificação não aparecem, nós ao abrigo da lei entregaremos um documento escrito à Mesa da Assembleia, para que possamos de uma forma formal, perdoem-me o pleonasma, essa justificação e esse documento que tarda seja entregue. Disse, Senhor Presidente.”

Vogal João Barbosa (PS):[018](#)

“Obrigado, senhor Presidente. Muito breve. Na sessão de Dezembro sugerimos aqui, e conforme a lei exige, que deveria ser implementado o Conselho Municipal de Segurança. É uma exigência da lei, mas também consideramos que é importante pelas diversas propostas e informações que são dadas pelas diversas entidades. É um fórum de interesse pelos conhecimentos de terreno dado pelos presentes. O Senhor Presidente disse que iria tratar de implementar este Conselho mesmo achando que é muita gente, mas é uma imposição da lei e achamos que o Senhor Presidente da Câmara logo que possível é do interesse de todos.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):[019](#)

“O acontecimento mais marcante neste período a que se reporta a comunicação do Sr. Presidente da Câmara foram, de facto, as eleições para o Parlamento Europeu. E a reflexão que daí devem tirar os portugueses e particularmente, é isso que interessa, deste município. Eu entendo que a conclusão que se deve tirar destas eleições resulta do alheamento do eleitorado. Não há dúvida nenhuma que com o eleitorado presente nestas eleições Portugal fica sem representação, ou os mais representados são os ausentes, aqueles que não estiveram no acto eleitoral. Daí que podemos tirar conclusões que são estas. O povo português, o eleitorado, está desiludido com os políticos e com a estrutura que nós temos da política e da política com o enquadramento partidário. O povo não é trouxa e, como sempre, sabe expressar a sua opinião, quer quando é dela omissa. Nós vemos que o povo não votou porque vê que os partidos políticos têm os seus atores que são os membros habitualmente eleitos; depois criam condições para tratar da vida própria e deixam estragar os interesses públicos e aquilo por qual deveriam ser candidatos. Essa é a principal reflexão. Nós também vemos que o povo se desgarrou deste Governo. É verdade, isto. Tivemos grande esperança, tivemos uma composição das finanças, mas tivemos um desastre económico. E tivemos uma composição das finanças à custa da degradação das finanças futuras, através do endividamento que se gerou com os pedidos de financiamento que foram necessários à economia. Mas cada vez o tecido produtivo se deprimiu mais. E nós somos a pensar que estamos perante uma inflexão económica ou estamos mesmo perdidos. Há que pensar noutra estrutura. Há quem diga que venham pessoas que saibam da política, isto é, política como arte de governar, e não saibam de enquadramento nem de militância partidária. São coisas absolutamente diferentes. Pessoas que apostem em saber governar, que apresentem resultados e que não façam

promessas que depois não cumprem. Nós estamos com esses e estamos com esses porque isso está na saga do movimento independentista para a governação de Portugal. Penso que está aí o futuro.

Não queria deixar passar em claro sem enaltecer a posição da APOMA na iniciativa brilhante que teve de candidatar os ovos-moles de Aveiro a património imaterial da UNESCO. São um ex-líbris da cidade, é um gesto importante que terá perfeito sucesso primeiro porque são doces, segundo porque são bons, terceiro porque são de Aveiro. E que isso contribuirá muito para a divulgação de Aveiro e é isso que importa. Aliado aos ovos-moles, às enguias, à Ria, não interessa, Aveiro tem um património natural importante e este, como imaterial, também não deixa de ter a nota digna. Portanto, está de parabéns a APOMA e eu auguro e faço votos para que tenham sucesso na sua candidatura.”

Vogal Seiça Neves (PS):[020](#)

“Boa noite, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados. Vou tentar ser o mais breve possível porque vou falar sobre um assunto que me é muito caro e que me preocupa bastante. Vou falar sobre um acontecimento que considero e que reputo que tem consequências graves para Aveiro que é a deslocação do Juízo de Comércio para Anadia.

Este problema com o qual fomos confrontados recentemente nem sequer consta do novo mapa judiciário. Foi uma alteração feita que nem é alteração porque foi de acordo com um parecer, muito menos despacho é, emitido pela DGAJ que achou que o Tribunal Judicial não tinha no seu edifício instalações suficientes para continuar a ter lá o Juízo de Comércio. Segundo a informação que nós temos, isto será um acto provisório. Como nós já temos alguma idade e não acreditamos propriamente em contos cor-de-rosa, acreditamos é que o Pai Natal ofereceu a Anadia este presente que eu creio que será um presente envenenado e que é o Juízo de Comércio.

O que me parece relevante falar é o seguinte. O Juízo de Comércio foi instalado em Aveiro quando foi instalada a Comarca do Baixo Vouga. Considerámos que isto foi, realmente, muito importante para a cidade, muito importante para a resolução dos problemas que dizem respeito ao Tribunal de Comércio que, neste momento, são essencialmente, mais do que nunca, as insolvências quer pessoais, quer ao nível das empresas. A possível deslocação por falta de edifício é constrangedora e preocupante. Primeiro, Aveiro é, neste momento, a capital da NUT III, do anterior distrito, terá que ter todas as valências, o que é uma pretensão mais que razoável. A saída daqui vai trazer problemas gravíssimos para todas as pessoas e para todas as empresas que têm os seus processos a correr no Tribunal de Comércio. Está previsto a existência de três juízes com três secções e cada secção tem cinco funcionários. Neste momento já estão onze funcionários no Tribunal e há dois juízes, portanto, a diferença em relação à instalação é de mais quatro funcionários. Pode ser que não haja lá sítio, mas temos que procurar um sítio aqui na cidade para que o Tribunal de Comércio continue cá instalado e não vá para Anadia. Nada me leva nem nada tenho contra Anadia, o problema é que Anadia foi completamente esvaziada das suas competências e como fizeram obras resolveram que o nosso Tribunal de Comércio deveria ir para lá. Chego a pensar que será uma compensação. Aveiro já teve a triste experiência, no passado, de terem levado de cá o Tribunal Fiscal para Viseu. Os processos foram pela IP5 para Viseu, chegaram, lá, ficaram dentro dos pacotes e passados uns anos regressaram a Aveiro, a maior parte deles prescritos, com prejuízos enormes para o próprio Estado. Não queremos que isto volte a acontecer, não queremos que o Juízo de Comércio saia de Aveiro para ir para Anadia. Eu estou a falar em nome das pessoas, é para as

peessoas que os tribunais servem. Os tribunais servem para dirimir conflitos, para as pessoas fazerem valer os seus direitos. Não há justificação em sítio nenhum para esta alteração. Anadia não é uma zona central, não tem rede viária, os comboios param na Curia ou em Mogofores, as camionetas têm horários determinados. Não sei se a maior parte das pessoas sabe, embora o Tribunal de Comércio não faça, por sistema, julgamentos tem as Assembleias de Credores. E qualquer cidadão que seja credor de uma empresa que está em situação de insolvência tem o direito de ir a essas Assembleias, e falo mais precisamente dos trabalhadores. Esses não gostam, não querem, mas têm todo o direito a estar presentes. E eles também têm o direito de ter acessibilidades para se poderem deslocar ao Tribunal de Comércio. E falo também das insolvências pessoais que é uma situação deveras preocupante, com a quantidade enorme de insolvências pessoais que existem neste país, e existem no Tribunal de Comércio de Aveiro. Eu sei que temos, entre nós, pessoas que são sensíveis a esta situação, que são sensíveis a este problema e que não vão querer que Aveiro fique mais uma vez minorizada, destruída, até porque se avizinham maus tempos. E em nome de uma situação para qual nenhum dos cidadãos contribuiu para a situação péssima em que se encontram muitas instalações, em nome dessas pessoas, aqui na Assembleia Municipal, temos que pensar o que é que vai acontecer, o que é que podemos fazer para evitar isso. Eu faço um apelo aos presidentes das juntas de freguesia. Já fiz um apelo ao Sr. Presidente da Câmara. Faço um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Faço um apelo a todos os que estejam interessados. É um apelo que nada tem a ver com partidário. Chegou a altura de, todos juntos, encontrarmos uma solução para isto. Todos somos aveirenses, todos queremos o melhor para Aveiro, não podemos deixar que Aveiro fique destruído por uma tolice rematada em nome de um parecer absolutamente ilegal. Um senhor qualquer da DGAJ que eu não conheço, será, se calhar, uma pessoa muito importante mas não tenho o privilégio de o conhecer, resolveu do dia para a noite que o melhor era sair daqui este Tribunal e ir para outro sítio. Amanhã lembra-se e tira daqui, por exemplo, o Tribunal de Família ou os Juízes Cíveis e vai instalá-los para outro sítio qualquer porque andaram a fazer obras. Neste momento esvaziaram os tribunais em nome de uma organização judiciária que não tem pés nem cabeça, prejudicando os cidadãos. Nós todos somos corresponsáveis e estamos aqui como políticos, como eleitos pelos cidadãos e, portanto, temos que velar pelos interesses dos cidadãos e por aquilo que eles têm direito àquilo que é essencial: à justiça, à saúde, à educação, pelo menos. Fica aqui o meu apelo. Penso e espero que da convergência de todas estas vontades as pessoas consigam arranjar um local a custo zero, que é aquilo que se pretende neste momento, para se instalar o Tribunal de Comércio de Aveiro. Tenho dito.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²¹

Vogal Seíça Neves (PS)⁰²²

Presidente da Mesa:⁰²³

“Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Anselmo Castro só queria dizer que partilho exactamente da preocupação que foi expressa pela Sra. Deputada, com quem já tive a oportunidade de conversar, sendo que aquilo que está em causa nem sequer é uma justificação de melhor eficiência ou melhor serviço.

Tudo aponta, pelo menos por aquilo que parece, que se trata, com grande clareza, de uma medida de compensação que não faz sentido porque tenderá a prejudicar, severamente, os interesses da região onde estamos inseridos e não apenas do Município de Aveiro.

Relativamente ao Município de Aveiro parece-me evidente que tudo o que seja diminuir as valências aqui presentes é uma redução da importância da nossa cidade e do nosso Concelho. Mas esse nem sequer me parece ser o principal argumento. Eu revejo-me nos argumentos que apresenta. Queria deixar esta pequena nota se me permitem.”

Vogal Anselmo Castro (PS):⁰²⁴

“Neste minuto, com mais meio minuto que peço de tolerância, para complementar aquilo que disse a minha colega Ana Maria Seíça Neves. Não é só um problema de injustiça. É um problema de que a acessibilidade e a distribuição das funções do Estado não podem ser feitas ad-hoc, desta maneira. Eu faço um apelo ao Presidente da Câmara de Aveiro, que também é presidente da CIRA, para que exija que as distribuições destas funções sejam feitas com alguma lógica, com o princípio de acessibilidade, de planeamento, e não porque «toma lá», «tiro daqui, levás aquilo», «coitadinho, agora para compensar...», isto não pode ser. Isto não é a territorialização das funções do Estado como deve ser. Isto são coisas ad-hoc absolutamente inadmissíveis. Não é defender apenas Aveiro, é dizer que estas coisas são demasiado sérias para serem tratadas assim. Espero que a CIRA, porque Anadia, Aveiro, Ovar, toda esta área está dentro da sua área de influência, explique a quem de direito que isto assim não pode ser.”

Presidente da Mesa⁰²⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Muito obrigado. Boa noite a todos. Duas ou três notas sobre algumas matérias que entendo serem tratadas neste ponto, deixando as outras mais directamente ligadas à actividade municipal para o ponto seguinte. A primeira é de me associar ao Dr. Marques Pereira na saudação ao Miguel Viegas pela sua eleição ao Parlamento Europeu. Foi uma pessoa que eu conheci na disputa eleitoral à Câmara de Aveiro, pela qual tenho muita estima pessoal e consideração política, e, portanto, fiquei muito satisfeito com a eleição dele. Como disse a alguns amigos gostava muito que ele fosse eleito embora não fosse capaz de votar nele por questões de afinidade ideológica. Mas fico muito satisfeito com a eleição do Miguel, é inteligente e um homem com grande capacidade para exercer bem a sua função. Numa eleição má, como gosto de chamar a eleição ao Parlamento Europeu de dois mil e catorze foi a eleição da negação. Quem foi importante foi quem não foi ou quem foi e se absteve ao anular o voto; um partido que ganhou mas afinal perdeu imenso, ganhou, basicamente, uma violenta guerra interna; uns partidos que perderam mesmo e brutaemente mas afinal perderam com uma esperança no futuro; e muita gente que usa o não como regra de atitude política e que tiveram vitórias importantes. Desde logo a própria CDU, desde logo aquele partido que ainda não consegui decorar o nome e ligado à terra, e outros movimentos novos. É a eleição da negação e mal vai a democracia quando é a negação que ganha uma eleição. É muito importante que possamos refletir e contribuir para eleições diferentes em que ganhe a positividade, em que ganhe a afirmação, ganhe a solução e, em primeiro lugar, ganhe a participação dos cidadãos, que foi a nota mais preocupante deste processo eleitoral.

Associar-me à referência que o Marques Pereira referiu em relação ao aniversário do falecimento do Dr. Carlos Candal. Ainda ontem falávamos nisto na reunião de Câmara. Nós temos o nome do Dr. Carlos Candal e mais outros nomes importantes para utilizar em nomes de ruas da cidade e do município. Ainda ontem dizia isto aos Srs. Vereadores

e digo isto aqui também — quem tiver sugestões faça o favor. É fácil dizer para atribuir um nome, mas depois escolher a rua ou mudar o nome de uma rua para pôr um outro é uma operação com um conjunto de delicadezas.

Temos um caderno de encargos com alguns nomes, estamos à procura para honrar compromissos que além do mais concordamos. Mas não temos exatamente zonas urbanas novas ou vontade de mudar nomes de ruas que tem um conjunto de inconveniências a vários níveis. Conhecemos bem o caderno de encargos do qual somos herdeiros e procuraremos cuidar bem dele para que se possa, mais que honrar as deliberações de câmara, honrar as memórias de gente importante do nosso município.

Uma nota sobre esta matéria do Juízo de Comércio. Sinceramente, recebi no dia a seguir em que me foi solicitado, pela responsável pela delegação da Ordem dos Advogados do nosso município, foi por ela que tive conhecimento da matéria, acho um erro político tratar-se desta matéria na praça pública. É um excelente exercício para não conseguirmos aquilo que precisamos de conseguir. Estou a fazer um conjunto de diligências, suscitado que fui para a questão, e bem, que agradeci na circunstância devida, mas sinceramente acho que o melhor que fazemos para perdermos a causa é trazemo-la para a praça pública. A causa é delicada. Somos a única cidade do país com tribunais instalados ilegalmente, tirando o de Comércio. Temos um passivo gravíssimo, como Câmara Municipal e como Ministério da Justiça instalado no Município de Aveiro, e eu não conheço pior município do que o nosso. É bom que façamos bem aquilo que fizemos mal até agora, para não dizermos mais mal da vida no tempo que está para chegar. É um dossier muito importante, muito delicado. Temos outros tribunais que me preocupam bem mais do que este, sabendo que estou absolutamente em sintonia. Não vão, enquanto o momento for de fazer diligências em ambiente recatado, não me verão a participar em debates públicos sobre esta matéria, por um motivo muito simples. Não acho que contribua positivamente para conseguirmos os nossos intentos, por motivos que julgo que são fáceis de perceber. Tenho a matéria na mão por diligência da Dra. Ana Seiça Neves, nossa responsável pela Ordem dos Advogados no nosso município, que muito agradeci. Desde esse dia que conheci o dossier, embora esteja fechado o concurso para nomear os três juizes do Tribunal de Comércio, estamos a fazer diligências, obviamente, com o objetivo que sejam consequentes e úteis, mas com a humildade de que não somos nós que mandamos em semelhante dossier.”

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DE 12ABR14 a 19JUN14.

(O texto da [Informação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra⁰²⁷ ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

“Muito obrigado. Um destaque. Este foi um período diverso, com iniciativas várias das quais destaquei algumas que estão na informação. Na área das obras gosto muito de

referenciar a solução que encontrámos para o CMIA, a adjudicação da pavimentação da Av. Artur Ravara, uma multiplicidade muito importante de actividades na área da cultura. Um conjunto de circunstâncias, de eventos, de decisões, que estão, de forma sumária, como é nossa opção, no documento que enviámos à Assembleia.

Naquele que me quero deter, pelo que está escrito e pelos acontecimentos dos últimos dias, nomeadamente dos últimos três dias, é o Fundo de Apoio Municipal e aquilo que é a gestão do dossier que vimos fazendo e que vamos continuar a fazer. Com uma nota, pedindo desculpa porque não vou ser claro, porque não quero, porque tenho uma posição política para tomar nos próximos dias como vice-presidente da ANMP. O processo ainda tem muita complexidade porque há um acordo entre a ANMP e o Governo e há alguns colegas, presidentes de câmaras, distraídos ou entretidos com outras guerras a tentar destruir esse bom acordo que construímos com o Governo depois de centenas de horas de trabalho e de negociação desde o dia dezassete de maio, que foi o dia em que iniciámos o processo negocial e que a mim me tem ocupado setenta por cento do meu tempo nestas quatro semanas. Portanto, como tenho uma posição política para tomar nos próximos dias, e faltam algumas questões para que essa posição possa vir a público, com todo o respeito, vou ser contido nesta matéria. Mas dizer o seguinte. Dizer que prosseguimos, na gestão da Câmara, na discussão, na decisão e na implementação de um conjunto de reformas. O mês de maio foi o mês particularmente importante no que respeita à implementação da estrutura orgânica. Acabaram os serviços municipalizados, fizemos a sua integração, nomeamos os chefes em regime de substituição, reafectámos os funcionários às unidades orgânicas. Maio foi também o mês muito importante, vai agora acabar em junho todo o trabalho de obra de planeamento e de obra física para a nossa mudança dos armazéns gerais. No próximo dia vinte e três teremos o último dia de vida nos actuais armazéns gerais, aqueles que nos custam vinte e um mil euros de renda mensal e nos quais já estragámos três vírgula quatro milhões de euros de rendas nos últimos cerca de quinze anos. É com muita satisfação e intensidade, num trabalho que tem ocupado muito os nossos funcionários, não só os que fazem as obras que são bastantes, mas especialmente os que fazem a mudança que são quase todos os que estão envolvidos na gestão dos serviços urbanos. Este é um processo importante e, portanto, o nosso dia um de instalação numa instalação que ainda vai ter, vai prosseguir as suas obras, não está tudo terminado mas não vamos estar à espera que esteja tudo terminado para instalar. Até porque temos que fazer algumas intervenções no sítio de onde vamos sair para entregar ao seu dono que é a nossa empresa vizinha, a Indasa, que está a precisar imenso que nós disponibilizemos a sua instalação porque, felizmente, prossegue um bom caminho de crescimento. Precisa imenso daquelas instalações que são suas. Tem sido um tempo de grande intensidade nesta implementação física de toda esta componente da reforma. Estamos agora a terminar no âmbito de um debate interno todos os estudos e as decisões para passarmos à implementação durante o mês de julho da realocação dos serviços nos múltiplos edifícios que usamos para o seu funcionamento. Estamos a terminar esse trabalho de estudo, de debate interno e construção das decisões, para implementação naquilo que não exija investimento relevante durante o próximo mês de julho.

Em termos financeiros este trabalho como responsável pela área financeira, um dos responsáveis pela área financeira da ANMP, tem sido uma negociação muito intensa com o Governo. O Governo tomou uma decisão de tornar irreversível a implementação ou a aprovação legal da chamada Lei FAM antes de acabar a sessão legislativa e mesmo assim o Governo já se atrasou bastante, até porque já assumiu, porque é inevitável, que tem que arranjar um instrumento extraordinário. Um instrumento

financeiro de antecipação do FAM porque são cerca de trinta autarquias, não são seis ou sete, que não vão conseguir aguentar a sua vida primária até ao final do ano sem a introdução deste instrumento. Esta componente não está na lei do FAM, é um compromisso político dos vários que existem. O diploma que será aprovado até ao dia dez de julho tem depois o processo de promulgação do Sr. Presidente da República e depois tem três meses de candidaturas, não é propriamente um processo de candidaturas mas de candidatura/negociação, muito mais de negociação do que de candidatura, e depois tem o processo formal das decisões dos órgãos autárquicos, executivo e deliberativo, e visto de Tribunal de Contas. O que quer dizer que se conseguirmos ter a disponibilidade financeira até ao final do ano presente é possível mas é preciso que a intensidade sobre o trabalho dos vários participantes seja elevada, para que as coisas possam acontecer, em termos de implementação dos mecanismos de refinanciamento, até ao final do presente ano.

A proposta de lei do Governo tem preceitos que o acordo com a ANMP melhora substancialmente, nomeadamente os dois mais importantes são a distribuição da participação no fundo, portanto, o Governo carrega o fundo por empréstimo com seiscentos e cinquenta milhões de euros à nascença do fundo, depois os municípios, na proposta do Governo, durante cinco anos e no acordo durante sete anos vão realizando a sua parte do fundo, e o Governo vai retirando o seu dinheiro com a entrada, em sete anos, da participação dos municípios. E esta é a segunda nota. Portanto, a primeira nota é que o acordo terá uma repartição de participação no fundo de cinquenta por cento entre o Governo e os municípios, e a segunda é que a realização do capital, por parte dos municípios, será de sete anos. O que quer dizer que a taxa de esforço sobre a receita, que pela proposta do Governo será de um vírgula um por cento, passará a ser, com o acordo, de zero vírgula sete por cento, baixando o esforço que todos os municípios têm de fazer na alimentação do fundo, incluindo os municípios que recorrerão ao fundo e que também o têm de carregar. O programa de ajustamento não é tipo Troika. Nós temos muito a mania de arredondar as contas e de usar analogias porque estão na moda, e esta da Troika está na moda. Os mecanismos FAM não têm similitude de coisa alguma com os mecanismos Troika, chamemos-lhe assim. Nada. Nem de longe, nem de perto. São mecanismos de apoio financeiro, aí são, mas toda a regulamentação, toda a participação, a construção legal, as decisões regulamentares, etc., etc., não têm absolutamente nada a ver. Os últimos dias, especialmente nos jornais de hoje e de ontem, há asneiras ditas de uma forma inadmissível, algumas, na minha modesta opinião, são por maldade política e eu sobre essas tratarei no momento próprio e no meu exercício de função de primeiro vice-presidente da ANMP, lutando e protegendo o acordo que fizemos com o Governo que melhora bastante, a favor dos municípios, a proposta de lei que o Governo apresentou na Assembleia da República.

É um dossier muito importante e, como bem disse o Dr. Marques Pereira, ontem também falámos bastante sobre esta matéria na nossa reunião de câmara, este processo tem que cuidar de forma agregada o tal, posso usar as suas palavras, modelo de desenvolvimento. Obrigatoriamente. Aquilo que nós vamos planear inclui a capacidade de investimento e essa componente tem que estar no processo porque, ao contrário do que alguns dizem, não há qualquer impedimento de investimento pelos municípios FAM. Tem é que haver em qualquer município FAM ou não FAM razoabilidade e sustentabilidade no dimensionamento da quantidade de investimento que se é capaz de executar. Esta é uma componente muito importante do trabalho que temos para as próximas semanas, para os próximos meses. É minha convicção que teremos trabalho, neste dossier, nestes próximos três meses, julho, agosto e setembro, esperemos que possamos ser capazes. É um mecanismo de negociação com toda a gente envolvida,

credores, banca e direcção do próprio fundo. Temos uma construção muito importante para fazermos e que, em simultâneo, tem que ser trabalhada nessa dimensão global de olhar para a competência financeira que vamos referenciar em sede de plano para os próximos anos, que ultrapassam o próprio mandato para o nosso município. Daí este ênfase nesta nota introdutória por força deste trabalho importante que agora segue para a discussão na especialidade na Assembleia da República e que há-de terminar com a aprovação da proposta de lei melhorada. Espero que isso se concretize. Da nossa parte, além de já estarmos, desde que chegámos à Câmara, a trabalhar no dossier financeiro, haverá uma objetivação mais intensa sobre essa matéria no formato que a lei virá a dar. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁹

Presidente da Mesa⁰³⁰

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³¹

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³²

“Esta comunicação mereceu do Sr. Presidente demoradas considerações. O FAM é algo que, para já, ainda não está implementado, cujo regime ainda se não conhece. Portanto, qualquer ponderação que se faça sobre isto é prematura e não será ponderada sobre o produzir qualquer efeito. Nós vamos aguardar que chegue o regime. Mas sublinhei o tempo dispensado pelo Sr. Presidente para uma coisa, que pelo que acabei de dizer, era vã. Eu gostaria mais que o Sr. Presidente tivesse falado sobre a realidade do período concreto da comunicação do que propriamente sobre aquilo que ainda é uma coisa potencial, com eminência de realização mas sobre a qual não nos devemos ainda pronunciar abalizadamente.

Nesta comunicação esperávamos que o Sr. Presidente, sobre quem se teceram boas e legítimas expectativas, e digo boas e legítimas expectativas mas que não são as minhas pessoais, são as que resultam do voto do eleitorado, com a votação que V. Exa, a Câmara e o Executivo que a sustenta, receberam, pensávamos ver nesta comunicação algo de concretizável findos oito meses de governação. Eu lembro que é quase um quarto do mandato. Mas então o que é que nós vemos? Aproximamo-nos da Câmara, outrora eram portas franqueadas, livres e abertas, para nós acedermos aos Vereadores e ao Sr. Presidente, hoje vemos portas tapadas e o Sr. Presidente é um homem ausente. O Sr. Presidente anda lá na Europa, anda na Associação de Municípios, anda lá nos areópagos da política, mas nós não nos interessa isso. Interessa-nos um presidente que governe, não um presidente prestigiado ao nível externo. Queremos um presidente prestigiado ao nível substantivo, ao nível da realização aqui. Nós não temos atendimento, os Srs. Vereadores partitamente não existem, não recebem ninguém, e nós vemos também esse espelho nas reuniões da Câmara que são vãs de agenda. Nós comparamos as reuniões da Câmara do mandato anterior nós víamos agendas recheadas, assuntos a tratar. Hoje vemos uma agenda com pontos quase sem significado ou com pouco significado, o que é sintoma de que a Câmara não trata ou que o Sr. Presidente pretende tratar sozinho, mas como o Sr. Presidente não está manda a lógica que ninguém trata. Daí que ninguém seja recebido na Câmara.

Em segundo lugar vemos promessas que o Sr. Presidente foi fazendo e eu recordo que nos jornais, em março, temos o Crasto. Mas o Crasto, em março, está é mais esburacado. Mais e muito mais esburacado. E a Câmara nem sequer supre, nem sequer tem uma camioneta de areia para tapar os buracos. Vemos que as promessas são vazias.

Vemos também que aquele problema que já aqui foi trazido e que há pouco foi falado, do acesso à A25, obra já feita pelo anterior, este Executivo ainda não conseguiu resolver esse minúsculo problema que passa por motivar um entendimento entre a ASCENDI e as Estradas de Portugal. O Sr. Presidente e esta Câmara com o peso político que têm ignoram esse aspecto e este assunto ficou por resolver. A rotunda do Bota-fogo, como já foi dito e bem, não foi resolvida. Nós temos uma coligação que é completamente vazia de conteúdo substantivo. E daí, como eu disse, que o Sr. Presidente tenha tido necessidade de se ocupar com o FAM porque de coisas que tivesse feito...

Eu vinha para aqui e fiz uma reflexão. Este Sr. Presidente realmente é uma pessoa muito simpática, vemo-nos na rua, cumprimentamo-nos, alegre, social, sorri para as pessoas, é uma figura realmente simpática, aceite pela população. Vemos que faz grande esforço, que eu já presenciei na Maratona da Mamoá, está em grande forma, eu também gosto de bicicletas, e faz também grande esforço na Rota do Bacalhau, mas faz pouco esforço no trabalho que nos devia trazer para aqui, para esta comunicação. E é isso que nós lamentamos, Sr. Presidente. E desejamos que doravante, e passe o pleonasma, para o futuro, que V. Exa. se ocupe mais de realizações concretas do território municipal e que nos traga aqui obra feita. É o que, muito sinceramente, nós desejamos. Deixemos o FAM para um momento ulterior, que é uma questão importante, mas como também é importante a política dos gastos que esta Câmara queira fazer, porque desses gastos e dos meios a obter depende o nosso futuro. É sobre isso que nós pensamos e que iremos pensar, com o FAM ou sem ele. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰³³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁴

Vogal Jaime Vinagre (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Eu venho aqui falar de uma interpelação que tenho sido alvo, nestes últimos tempos, sobre a Agrovouga. Algumas associações agrícolas e empresários agrícolas têm afirmado que, provavelmente, a Agrovouga nunca mais se irá realizar. É um certame que tem uma história em Aveiro, faz parte da memória dos agricultores e da agricultura regional, e tem uma importância reconhecida para o concelho. Lembro-me que havia concursos a nível nacional. Já se falou aqui nos Ovos-moles, não esquecendo que os ovos também são um produto agrícola, dizer que a Marinhóia é, tal e qual os Ovos-moles, uma DOP e é uma raça que está em vias de extinção e que tem uma excelente carne, irá fazer parte, brevemente, dos Sabores da Ria que o Jumbo irá implementar na sua área de superfície. Eu tenho dito que a Câmara não quererá ficar com esse ónus de acabar, porque já foi dito aqui, pelo Sr. Presidente, que será e está a ser alvo de estudo. A Agrovouga não é uma feira lucrativa mas é evidente que poderá ser renovada e essa renovação poderá passar pela sua duração. Por motivos profissionais, quando estava no activo, estou a lembrar-me de feiras que visitava com a duração e fim-de-semana alargado, de quatro dias, de quinta-feira a domingo, e que são de renome internacional.

Gostava que o Sr. Presidente se pronunciasse sobre isto para poder tranquilizar os empresários agrícolas e as associações agrícolas aveirenses.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰³⁶

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Victor Marques (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁹

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁰

Presidente da Mesa⁰⁴¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴²

(Entretanto deu entrada na sala o vogal António Ildebrando Nunes Costeira.)

Vogal Aida Tavares (JPA)⁰⁴³

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁴

“Muito boa noite a todos os presentes. Relativamente à comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara eu olhei para os anexos, porque eu a olhar para o corpo principal da comunicação pensei, novamente, que não iríamos ter informação financeira. Mas, de facto, ela aparece devidamente instruída nos anexos e saúde-se esse facto. Os mapas são suficientemente construídos de forma a podermos opinar sobre os mesmos. O que se retira de alguma informação que lá está tem a ver com o seguinte. A dívida está praticamente imutável desde o início do ano. Basicamente os números são de cento e vinte e três milhões de euros em Dezembro e estamos neste momento com cento e vinte milhões de euros de dívida, à data de trinta e um de maio. Retira-se também outro facto importante ou relevante que é o facto da taxa de execução das receitas estar muito aquém daquilo que seria desejável. Por outro lado, somando a estas duas questões mais alguns factores eu diria que nós podemos estar na eminência de uma situação explosiva.

É, de todos, conhecida a rábula que perdura entre o Governo e o Tribunal Constitucional e, obviamente, que a decisão do Tribunal Constitucional vai ter um impacto naquilo que são as contas da Câmara Municipal. Por outro lado, a questão que se coloca com o aparecimento do FAM eu colocaria a coisa noutra perspectiva. Para resolver esta situação em que a Câmara se encontra eu diria que, em grande medida, a solução passa pela obtenção de receitas. Se nós temos a taxa de execução de receitas ao nível a que está, eu diria que o FAM, obrigatoriamente, vai constituir um instrumento de financiamento da Câmara Municipal de Aveiro mas traz um pacote de obrigações que obriga a que a Câmara Municipal de Aveiro, necessariamente, seja capaz de aumentar as suas receitas.

Conjugando todos estes aspectos as questões que eu gostaria de colocar são, em primeiro lugar, se a Câmara Municipal de Aveiro consegue sobreviver, do ponto de vista do seu regular funcionamento, até a altura em que o instrumento de financiamento FAM esteja disponível para ser utilizado. Em segundo lugar, gostaria também de perceber se é entendimento do Sr. Presidente da Câmara e do Executivo se o FAM, com as obrigações que traz em conjunto relativamente à maximização de receitas, será suficiente para resolver aquilo que, neste momento, é o problema da Câmara, porque não creio que as receitas tenham uma tendência a aumentar em exponencial e, portanto, as fontes de financiamento da Câmara estão praticamente limitadas àquilo que será uma operação imposta pelo FAM. É evidente que não vislumbro, a curto prazo, uma alternativa mas gostaria de saber exatamente em que medida é que estão pensadas soluções para se poder aumentar as receitas por forma a libertar a Câmara para ter capacidade suficiente de corresponder àquilo que são as suas necessidades para o cumprimento dos seus compromissos.

Ou seja às vezes estamos aqui a falar de investimento, mas eu não sei, necessariamente, se nós já estamos nessa fase ou se não estaremos claramente numa fase de

sobrevivência antes de passarmos pensar numa etapa de investimento a outros níveis. Eram estas as questões que gostava de colocar.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁴⁶

Presidente da Mesa⁰⁴⁷

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰⁴⁸

Vogal Ana Seíça Neves (PS)⁰⁴⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁰

“Boa noite a todos. Neste ponto da Ordem do Dia desejava relevar alguns pontos que me parecem significativos. Primeiro, a comunicação da nova estrutura orgânica da Câmara Municipal que veio trazer alguma correção e legalidade ao seu próprio funcionamento, processo aqui aprovado e que o Executivo começou a implementar a 1 de Maio. O Executivo tem todo o apoio do PSD nesta caminhada que terá, de certeza, alguns períodos mais difíceis mas que tem de ser feita. Repito, o Executivo tem todo o apoio desta bancada na implementação desta nova estrutura orgânica. Em relação à mesma também saudamos a proposta dum júri para os concursos que da mesma fazem parte. Mais rápido e com menos perdas de tempo não seria possível.

Segundo, realçar o trabalho do Executivo e do seu Presidente, através da ANMP, na concretização do FAM e que com o Governo chegou a acordo. Nesta bancada, Sr. Presidente e restantes Vereadores do Executivo e da oposição podem contar com o nosso apoio para elaborar e estruturar uma candidatura ao referido FAM, no pressuposto que tal plano de ajustamento municipal não deve ser do Executivo mas deve ser, e certamente o Executivo o querará, com o apoio e a colaboração de todos para que seja um verdadeiro plano de ajustamento municipal. Nós, nesta bancada, quero crer que também na bancada do CDS também será assim, estamos aqui para colaborar com o Executivo e com o Sr. Presidente. Gostávamos, e daqui lançamos o repto, que os outros partidos também colaborem na elaboração deste documento.”

Presidente da Mesa:⁰⁵¹

“Este poderá não ser o momento mais apropriado, mas eu tenho sido abordado frequentemente por pessoas e como agora foi referido pela Sra. Deputada Ana Seíça Neves, relativamente aquela estrutura entre o Parque Infante D. Pedro e o Parque da Sustentabilidade. Eu achava que talvez fosse útil a Câmara pôr no seu site uma ideia, para a comum das pessoas, o que é que vai ser aquela estrutura!

Aquilo, para já, é um enigma — aparenta poder ser uma ponte. São dezenas as pessoas que já me perguntaram, parece que até já houve propostas de nome para a estrutura, mas não sei se é ou não uma ponte. E eu achava que era útil, desculpe Sr. Presidente a presunção e perdoe-me a Assembleia este tropeção ao regimento, para perceber em que é que aquilo vai acabar. Pelo menos em termos do que está projetado.

Desculpe a sugestão, não me leve a mal, não é nenhuma afronta ao Executivo (imagino eu). Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos pelas questões, deixando a nota de que não vou referenciar uma a uma, embora com todo o respeito por aquelas que não referenciarei.

Agradecer as referências positivas às coisas que vamos fazendo e que têm nota positiva e agradecer também a diversidade de quem gosta da Feira do Livro e de quem não gosta. Nós gostamos bastante. Achamos uma excelente ideia, num bom sítio, numa parceria saudável com uma série de entidades privadas, umas com fins lucrativos e outras sem fins lucrativos e sem custos para a Câmara.

Alguns dos nossos membros esquecem-se que temos que cumprir a Lei dos Compromissos (que não cumprimos). Eu sei que não há o hábito de a cumprir e pura e simplesmente não podemos fazer despesas em feiras dos livros. Pura e simplesmente seria mais uma ilegalidade. Nós vamos cometendo ilegalidades quase todos os dias, mas aquelas que cometemos no que respeita à Lei dos Compromissos, é para tratar de questões que têm a ver com serviços públicos essenciais, como questões de segurança, etc. Nós temos que nos esforçar cada vez mais para cumprir a lei dos compromissos. Portanto, alugar stands, por mais que nós entendamos como muito interessante e culturalmente válido, como eu também acho, não há ponta por onde se lhe pegue em termos de justificação ao abrigo do cumprimento da lei dos compromissos.

O estado da nossa Câmara é aquele que é. São exercícios que têm a ver com o cumprimento da lei, com contenção financeira e com diversidade de oferta, puxando também por elementos importantes da nossa vida, como o Mercado Manuel Firmino, que também ganham pelo facto de se falar mais no Manuel Firmino, como até hoje não se falava tanto nas Assembleias Municipais do Manuel Firmino.

Muitas pessoas que nos últimos dias e nos próximos foram ao Manuel Firmino que não iam lá há anos. E nós precisamos muito de induzir actividade naquele importante equipamento municipal onde se vendem instrumentos tão importante e tão dignos como todos. Não venham cá com conversa de que couves e tomates e batatas são menos dignas que roupa e gravatas, que comigo não. Os produtos da terra têm o mesmo nível de dignidade que os produtos da mais elevada tecnologia. Portanto, não me vão ver a mim a gozar com os produtos da terra porque os produtos da terra são absolutamente dignos e importantíssimos para a nossa vida, para aquilo que é podermos viver dado que o alimento é essencial para o ser humano.

Ao Filipe Guerra dar duas ou três notas. Procuramos responder aos requerimentos substantivamente.

Eu sei que fazer um requerimento muitas vezes é um acto político. Fazê-lo é um acto e responder é outro acto. Neste caso específico da questão do ferry está respondido. Está respondido na própria actividade municipal com os complementos que eu vou dar. Quais são os complementos que eu vou dar? Nós vivemos na nossa empresa sem planeamento. Quando o nosso ferry, como disse o Ernesto Barros, tem que ir, porque tem que ir, por força de obrigações legais que temos no país, antes que aquilo afunde, são precisas intervenções de manutenção e inspecções. O nosso normativo legal português e comunitário é muito pesado para os navios.

Aquilo que nós temos que cuidar é de termos um planeamento bem feito e uma operação de manutenção que permita que quando vamos à doca tratar daquilo que temos que tratar não tenhamos surpresas. E o problema é que a nossa empresa, até há pouco tempo, não tinha planeamento de coisa nenhuma, era tudo ao monte e fé em Deus, e como o trabalho de manutenção era sempre adiado, chegou o nosso ferry e por exemplo, só um problema grave encontrado no motor que podia provocar que na primeira semana de operação tivéssemos que parar o ferry outra vez mais duas ou três semanas, e só para reparar o motor são mais quinze mil euros. E, portanto, nós vivemos nisto. Como a estratégia de gestão foi tudo ao monte e nem sempre fé em Deus quando o navio vai à doca chega lá e há surpresas. Aquilo que se planeou para quatro semanas precisa da quinta e precisa da sexta. E depois os Srs. Inspectores que têm de

vir inspecionar tudo e mais alguma coisa, não estão sempre ao nosso dispor, porque há vários navios para inspecionar e os Srs. Inspectores têm várias coisas para fazer. Portanto, não é nós marcarmos no dia 'X' e o Sr. Inspector tem que estar cá no dia 'X'. Negativo. Quem marca a inspeção é o Sr. Inspector. Terei todo o gosto em explicar com pormenor tudo isto, mas é o mundo em que nós estamos a viver e que estamos a tomar medidas para baixar os problemas. Esperemos que não haja mais surpresas, nem nos trabalhos de inspeção e manutenção, nem na relação com os inspectores, e que na próxima semana estávamos convencidos que seria esta semana, mas não vai ser possível, o nosso ferry entre em operação.

O que é que vai haver de novo? Duas coisas principais. O ferry vai estar em operação em simultâneo com a lancha. Nós vamos ter horários que vão ter ligeiros ajustamentos em que todos os dias há ferry e há lancha. E vamos operar no mesmo ancoradouro, do lado do Forte, porque já assim é do lado de S. Jacinto, para facilitar a vida às pessoas e para termos a nossa tripulação sempre com a mão nas duas embarcações, de forma a que, se acontecer um dia, ao arrancar a lancha ou ao arrancar o ferry, um problema técnico está uma embarcação ao lado para fazer a carreira, mesmo que se tenha de deixar o carro cá e depois se venha buscar, se for o ferry que não arranque. Vai baixando a probabilidade de não termos nem um nem outro e temos que ir dar a volta de autocarro. São novas medidas de gestão enquanto não se tomam as medidas mais profundas que, como todos sabem, estão a ser devidamente estudadas para nós melhorarmos o serviço, para nós aumentarmos o nível de credibilidade do serviço para baixarmos a probabilidade dele não estar disponível para as pessoas. É desta forma que vamos colocando a gestão do sítio, resolvendo os problemas que nos surgem de forma inopinada e ir implementado mecanismos de gestão para melhorar a qualidade do serviço que prestamos aos nossos cidadãos e aos cidadãos que nos visitam.

Em relação ao FAM só gostava de deixar uma nota suplementar, nomeadamente em relação ao que disse o Ivar Corceiro. Não há lei nenhuma, Ivar. Julgo que há aí um erro seu, não há lei nenhuma. Houve uma proposta de lei aprovada por quem tem que as aprovar que é o Conselho de Ministros; entrou na Assembleia, já foi à discussão na generalidade, foi ontem mesmo; tem o processo de especialidade; depois tem votação final global; depois da votação final global tem promulgação; depois da promulgação tem publicação; e só é Lei no dia a seguir à sua publicação, só aí é que é Lei viva. Ainda nos faltam aqui os tais dois meses que eu dizia há pouco para que o diploma seja lei. Para já não há nenhuma lei, há uma proposta, há um acordo, que provocará, espero, a implementação de algumas alterações de alguns aspectos da proposta de lei, e então teremos uma lei para ver com todo o pormenor como é que a aplicamos.

O nosso Município está numa situação, como disse o Dr. Marques Pereira de obrigatoriedade em ir ao FAM. Nós poderemos não ter condição se o diploma sair como está, porque a nossa condição financeira não se irá alterar nos próximos dois meses, nós somos obrigados a ir ao FAM. Aliás, já éramos obrigados a fazer um reequilíbrio financeiro. Apenas fizemos umas fintas à lei para não irmos para reequilíbrio, só que agora, com a lei FAM deixa de haver a possibilidade de fintar o regime legal porque o regime legal passa a ser muito mais apertado e com mecanismos de responsabilização ao nível da estrutura sancionatória muitíssimo apertados — e ainda bem.

E em relação à autonomia deixem-me dizer uma frase da minha colega Presidente da Câmara de Portimão, que é o pior município do país, quando ela se dirigia aos nossos colegas do Partido Socialista, poucos, que são contra e, especialmente, aos nossos colegas da CDU que são contra, nomeadamente por causa da questão da autonomia. E ela dizia numa frase muito curta e muito fria «vocês não sabem o que é gerir sem

autonomia porque eu, hoje, como Presidente de Câmara que sou há oito meses, não tenho autonomia nenhuma para gerir coisíssima nenhuma pelo estado em que tenho a minha câmara e por ainda não ter um FAM para resolver o problema que eu tenho».

É preciso cuidado, porque, de facto, quando uma Câmara está na situação da de Portimão ou na nossa, o nosso espaço de autonomia é de facto limitadíssimo.

Nunca falarei disto em público, mas leiam sentenças recentes do Tribunal de Contas em relação a municípios sobre o não cumprimento da Lei dos Compromissos e vejam bem o que é que estamos a viver e que níveis de risco é que estamos a assumir.

Leiam recentes sentenças publicadas do Tribunal de Contas. Nós não estamos aqui a falar de brincadeira, estamos a falar de coisas muito complexas e, às vezes, alguns falam como se nós tivéssemos uma Câmara em grande condição, a cumprir a lei e sem estarmos a correr riscos. Estamos a corrê-los com toda a alegria, com toda a determinação, mas estamos a corrê-los. Espero que, espero não, tenho a certeza absoluta, se conseguirmos ter um bom Plano de Ajustamento Municipal, que é aquilo que procuraremos construir, que nós reganhemos autonomia, que não andaremos prisioneiros da dívida, prisioneiros das penhoras que sistematicamente nos caem em cima. A tal chuva de penhoras ainda não acabou. A última grande foi só de um milhão e duzentos mil euros. É neste mundo sem autonomia que nós estamos a viver.

E é esse reganhar da autonomia, de capacidade de fazer, de estabilidade, de darmos credibilidade à Câmara na sua relação com as entidades a quem devemos dinheiro, algumas delas há doze anos. Vergonhosamente, temos dívidas com nove, dez, onze, doze anos de idade. Possamos reganhar autonomia e reganhar credibilidade. É isto que está em causa por mais que nós queiramos e façamos, com todo o direito, a dialética política.

Mas depois, ao lado da dialética política fica a necessidade de gerirmos e de tirar a nossa Câmara do profundíssimo buraco onde a meteram.

E Dr. Marques Pereira, não vale a pena os seus exercícios de solicitar mea-culpa a uns quando em primeira instância tem que solicitar a V. Exa. e à equipa de V. Exa.

Não vale a pena jogar esse jogo porque ele não serve de nada. O jogo que serve de algo é sermos verdadeiros, sermos objectivos, quem tiver ideias e propostas apresente-as porque estamos absolutamente disponíveis para olhar para elas, para as estudar, para as discutir e para tomar decisões. Não vale a pena andarmos aqui com exercícios de reinventar a nossa realidade porque a nossa realidade é a que é. E os responsáveis por ela, hoje, não estão no sítio para resolverem nada disto. No sítio estamos nós, Executivo, Deliberativo, e somos nós que temos que tomar decisões, e vamos tomar decisões que vão tirar a nossa Câmara do buraco inadmissível em que a colocaram — e vamos tirá-la com dignidade, com qualidade e com credibilidade.

Dr. Jorge Nascimento, se o nosso presidente da Câmara andar entre o Cais da Fonte Nova e S. Bernardo ou entre os Paços do Concelho e Requeixo, ou entre S. Jacinto e Cacia não vamos a lado nenhum! O nosso Presidente da Câmara tem que andar em Portugal, tem que andar na Europa, tem que negociar, tem que conquistar poder, tem que conquistar investimento público e privado, para nós resolvermos o nosso problema, para nós conquistarmos credibilidade, para nós conquistarmos capacidade financeira para fazer coisas. Se o nosso presidente da Câmara ficar por aqui, estamos mal.

Já ficámos por aqui tempo demais e esse erro não o podemos voltar a cometer. Eu não achei muito elegante as suas referências à minha vida, mas vou deixá-lo a si com elas. Eu trabalho muito, toda a gente que acompanha o meu trabalho sabe que trabalho muito, com todo o gosto. Também me divirto bastante quando vou fazer a Rota da Mamoá ou a Rota do Bacalhau ou a Corrida Solidária Bosch — se entretanto recuperar da minha lesão do meu pé, divirto-me bastante. E sabe uma coisa? Os nossos

cidadãos gostam de ver o seu presidente da Câmara em forma. Gostam de ver o seu Presidente da Câmara a entrar na Câmara às sete da manhã e às oito da manhã, e não ao meio-dia ou ao meio-dia e meia. Gostam de ver o seu Presidente da Câmara na televisão a defender o seu país e a lutar pelos seus municípios. Gostam de ver um Presidente da Câmara que tem a hombridade de cultivar um trabalho de equipa com aqueles que consigo governam a Câmara, de cultivar um trabalho de equipa com os funcionários da sua Câmara e de cultivar uma relação próxima com os cidadãos.

É por isso, caro João Barbosa, que se alguma vez a minha alma passar na barraca de alguém e não olhar ou não cumprimentar, nunca será um acto de desconsideração. Nunca será porque não quero fazer, porque isso não existe no meu quadro de princípios. Chamaram-me a atenção no dia a seguir aquela bela noite passada em Santa Joana, e que agradeço muito ao presidente Vítor Marques, que não fui a duas. Não foi a uma, foi a duas. V. Exa. só viu uma e já percebi tudo, porque também não fui a uma outra, que é uma instituição muito importante, aliás só lá estavam instituições muito importantes. Houve duas delas que mandaram convite à Câmara «Sr. Presidente da Câmara faça favor de vir à nossa barraca da Feira em Santa Joana». Houve duas e foram as duas que eu decidi visitar primeiro por uma questão de honorabilidade. Aliás disse ao nosso presidente «Sr. Presidente há aqui dois sítios onde eu quero ir primeiro antes de dar a volta». Foram àquelas que mandaram convite. Não é que tenham que mandar convite. Nada disso. Eu gosto da relação com os cidadãos, gosto dela e sinto também isso como uma obrigação minha. E faço com o maior gosto do mundo quando o vinho é bom, quando o vinho é a martelo, quando a sardinha está quente, quando a sardinha está fria... tenho nisso o maior prazer como pessoa e como Presidente da Câmara. Portanto, saibam todos que no jogo da minha agenda ou com os Srs. Vereadores com quem distribuimos sempre o nosso trabalho de representação por todos, e às vezes há dias em que somos poucos, nomeadamente há dois meses do ano em que não conseguimos responder a tudo que é exactamente junho e dezembro. São dois meses tremendos, mas fazemos tudo.

E se algum dia passarmos ao pé de alguém e não formos à barraca, não dermos um cumprimento, nunca, nunca, isso quer dizer outra coisa que não seja a intensidade do momento. Passou alguém que nos exigiu uma audiência... eu, pelo menos, pelo que me lembre, dei quatro audiências sobre coisas importantes na volta em Santa Joana. E duas delas já estava a caminho do carro e depois de termos jantado e ceado devidamente em honra à Santa Joana e ao Santo António e aos Santos todos que assinalamos, o Pedro e o João também. E faço isso com o maior gosto do mundo.

Se algum dia isso acontecer, olhe, se alguém achou isso, que me vá puxar pela camisa e diga «Sr. Presidente ainda não veio aqui». Terei o maior gosto em voltar atrás. Não uso esse tipo de atitudes para sancionar, para desconsiderar, para não sei do quê, não sei o partido das pessoas, das associações, nem quero saber. São cidadãos do nosso município, são servidores de causas tão importantes como são as causas do associativismo, e aí estará sempre o nosso presidente da Câmara e os Vereadores que comigo governam a nossa Câmara Municipal.

Querida deixar uma nota também em relação à ideia do Ernesto Carlos Barros sobre o estudo do tráfego.

Nós estamos numa fase muito intensa do Plano Municipal de Transportes. Numa fase intensa e a passar do meio do plano para a frente, e esse plano é muito importante para que depois algumas zonas que precisamos de estudar, e essa é uma delas, o possamos fazer com qualidade e com uma visão integrada da cidade e do Município, porque há algumas componentes da ligação à cidade que nós temos que cuidar bem.

Chamo a atenção deste aspecto. Somos uma cidade com muito poucos habitantes residentes, muito poucos, e somos uma cidade com fluxos brutais.

Há uma desproporção enorme entre a quantidade de pessoas que residem dentro da cidade, nomeadamente nas áreas mais centrais e a quantidade enorme de fluxos por força de serviços, de comércio, etc.. E isto tem de ser bem compreendido. E já compreendemos isso no Plano. E depois de muito bem pensado e manuseado no que respeita ao estudo de tráfego e à implementação de reformas que serão actos consequentes que vamos realizar nessa importantíssima matéria.

Em relação ao CMIA deixar esta nota já que vários de vocês falaram no CMIA. Primeiro, aquilo é um Centro de Interpretação Ambiental. Nós hoje já não vamos discutir se está bem ou está mal, havia de ser para a esquerda ou para a direita. Não. Achamos que financeiramente e tecnicamente vale a pena pormos mãos à obra. Conseguimos uma solução técnica e financeira e a lógica é trabalhá-lo como Centro de Interpretação Ambiental que tem a Troncalhada ao fundo. Que não tem e nunca terá barcos de recreio à frente, nunca. Vai tê-los onde já os tem, esperemos que tenhamos condições de ajudar o Sporting a qualificar, e que é ao lado.

Aquela ideia completamente lunática do Plano do Pólis de termos ali uma grande marina à frente do CMIA, esquecemos e bem. Nós contentes. À frente do CMIA queremos flamingos, queremos fauna e flora típica, queremos a relação com a cultura do sal, para ajudarmos a dar a conhecer e a interpretar no centro interpretativo.

E vamos ter circuitos pedonais, cicláveis e de telecomunicações, para que as pessoas usufruam do passeio desde o centro da cidade ao CMIA e encontrem uma outra cidade e uma outra relação com a Ria, com a natureza, bem mais rica do que se ficarem só na fruição dos canais estritamente urbanos da eclusa para dentro.

São operações que estão agregadas à obra do CMIA e julgo que as pessoas vão gostar daquilo que será o resultado final desta operação que temos em franco desenvolvimento.

Só uma nota do FAM que me esqueci e agora vi aqui relacionada com a intervenção do Marques Pereira.

Quem trouxe a questão do FAM à reunião de hoje fui eu, não foram V. Exas. porque está no primeiro ponto da ordem de trabalhos. Portanto, fui eu que trouxe o FAM para a reunião e não o Partido Socialista.

Em relação às BUGA dar nota do seguinte. Tirando aqui alguma nota mais jucosa.

A história do croché. Enfim, não dizemos nem bem, nem mal. Foi uma ideia de umas senhoras, somos herdeiros dela, tivemos o maior gosto de as enquadrar também no mercado da fusão, teve grande visibilidade, foi mais uma ajuda ao marketing da cidade, da BUGA, das nossas artistas do croché, portanto, tudo bem.

O que fizemos tem a ver com isso não tem a ver nada com o relançamento da BUGA.

O relançamento da BUGA está a ser trabalhado por especialistas da matéria, por empresas privadas, por técnicos da nossa Universidade, por entidades de gestão financeira.

O relançar da BUGA não é fazer uma operação discursiva. É uma operação física e que tem um investimento pesado. Nós estamos mesmo a falar de relançamento sério, não estamos a falar de passarmos de trinta BUGAS a trinta e cinco, ou as que estão de verde pintarmos a amarelo. Não estamos a falar disso. Estamos a falar de um relançamento a sério, de um trabalho com uma base técnica monumental, que está a ser devidamente desenvolvida e que já vai nas interações para a sustentabilidade financeira e a definição daquilo que vai ser a operação BUGA.

Não vale a pena fazerem referências jocosas ao nosso município amigo e vizinho de Ílhavo porque também vamos aproveitar alguns bons ensinamentos do nosso querido

município, sabendo que uma parte do nosso trabalho também vai ter dimensão regional para os onze municípios da Região de Aveiro.

Mas estamos no Município de Aveiro onde a BUGA foi um elemento de marketing muito bem feito, mas faliu! E nós queremos aproveitar esse manancial riquíssimo que a BUGA tem e dar-lhe uma nova vida com dimensão e com sustentabilidade financeira. Julgo que as pessoas vão gostar muito daquilo que vamos ter em dois mil e quinze, com o relançamento da nossa BUGA.

Quanto ao balanço dos dez meses. Há de facto uma atitude muito interessante em termos políticos. Há sempre uma antecipação do futuro. Dizer claramente, temos todo o respeito pela Assembleia, sempre traremos cá tudo e responderemos a tudo, mas os nossos balanços políticos são feitos com os cidadãos que nos elegeram. É com eles que nós iremos fazer todos os balanços principais — obviamente, com as interações políticas com a Assembleia, nomeadamente com os partidos da oposição, porque com os partidos que nos apoiam na governação essa interação é feita diariamente.

A questão da Agrovouga. Dizer isto com clareza. Nós queremos uma Agrovouga. Queremos uma nova Agrovouga aproveitando o bom património da velha Agrovouga que já foi boa há várias edições, depois entrou numa situação não propriamente de grande fortaleza.

Há um bom património da Agrovouga que nós vamos aproveitar, mas queremos agregar a essa feira, que dever-se-á chamar mais alguma coisa que Agrovouga, outros valores da economia chamemos-lhe assim, da economia da terra. Onde há dois episódios que vão ter uma presença capital: o Baixo Vouga Lagunar com os valores que disse, nomeadamente um nosso, muito querido, da carne marinhoa, e com tarefas em termos da actividade económica ligadas à Ria de Aveiro.

Uma mostra que seja uma mostra forte, onde haja as actividades económicas tradicionais, onde haja actividades económicas modernas, coisa como o birdwatching, as caminhadas, os circuitos de bicicleta pela Ria, etc..

É para ser de facto uma Feira com qualidade, com dimensão, e com aquela presença da parte boa da Agrovouga. Ainda não está fechado em definitivo, mas em princípio não teremos condições de ter este episódio este ano, mas garantidamente em dois mil e quinze teremos este episódio.

Teremos uma Agrovouga nova onde a componente agrícola vai ter uma importância grande, mas onde outras componentes, lembro-me, por exemplo, da florestal, que é importantíssima em termos económicos, não só porque temos cá a Portucel, mas porque a nossa região tem na produção florestal um elemento importante de riqueza e vamos trabalhar muito também essa frente.

Quanto ao Infante D. Pedro e ao Parque da Sustentabilidade, lá vamos prosseguindo o trabalho.

Há peças de jardim que ainda não são nossas, ainda estão entregues aos empreiteiros. Há muitos conflitos com os empreiteiros, há muita dívida com os empreiteiros e os empreiteiros não estão para nos aturar para corrigirem isto, para corrigirem aquilo, enquanto não lhes pagarmos. Isto é uma coisa complexa.

A ponte, a tal ponte, que nenhum de nós gosta. Eventualmente a nossa ala direita gostará — é o que lá está.

Qual é a lógica, partilhando convosco, em meio minuto, a lógica da ponte? As tais três sobrelevações no piso são passarelas, em que a ideia é dar predominância ao peão e fazer com que as viaturas andem devagar! Se alguma vez lá passar alguma ambulância tem que usar os seus mecanismos normais como qualquer viatura que tem prioridades de emergência tem condições internas de conforto para as macas e de mecanismos de amortecedores de impacto que não têm nada a ver com as nossas viaturas. Eu já tive a

infelicidade de experimentar, não vale a pena arranjar problemas onde eles não existem.

Depois há uma ponte. A ideia daquela ponte, na filosofia da arquitetura e da opção de a fazer, é contemplativa. É ligar o passeio da Baixa de Santo António com o passeio do Parque Infante D. Pedro, num patamar mais próximo do céu, mais próximo dos passarinhos que fazem ninho nos plátanos da Artur Ravara. E de uma forma que as pessoas possam olhar a natureza e a Artur Ravara de um ponto distinto. Portanto, é um elemento de arquitetura urbana, discutível. Da nossa parte gostávamos muito que ele não estivesse lá, mas já que lá vai estar, obviamente, o empreiteiro tem que executar o projeto bem e teremos uma ponte como um elemento de arquitectura urbana que, seguramente, quem irá com pressa para atravessar a estrada para ir para o Hospital ou para ir ao Conservatório não a irá usar, mas gente que andar ali a passear um bocado vai ter curiosidade de ver a Artur Ravara ou o Conservatório ou o Infante D. Pedro ou a Baixa de Santo António, lá de cima da ponte.

Diremos que é um circuito democrático em que cada um passará por onde quer. Uns por cima, outros por baixo, eu espero é que haja sempre segurança e ninguém caia da ponte abaixo, porque da ponte a baixo já caiu o nosso orçamento, dinheiro demais, e esperemos que não haja, a esse nível, mais trambolhões desnecessários.

Uma nota que gostava de partilhar em relação ao que disse o Presidente Casimiro Calafate e que tem a ver com este trabalho.

Agradecer as suas referências. Estamos de facto num trabalho pesado e em bom sentido, em relação ao Rio Novo do Príncipe, em relação às margens de Eixo, em relação à Ria e ao Baixo Vouga. Estamos, de facto, num bom caminho.

As coisas estão a correr bem não só para taparmos os lombos antes que cheguem as próximas cheias, mas também para termos capacidade de investir de forma integrada e global no Baixo Vouga Lagunar e de forma integrada, bem ligada àquilo que é a Ria de Aveiro. As coisas estão a correr bem, estamos a formatar uma solução financeira, uma solução com credibilidade técnica. Temos muitas coisas para tratar, mas dar-vos esta nota de que as coisas estão a correr bem e no trabalho que temos tido, nomeadamente com o Ministério do Ambiente, o Ministério da Agricultura, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, com a Portucel que é um parceiro, como o Presidente Casimiro disse, muito importante neste processo, estamos no bom caminho para que, finalmente, aconteçam coisas boas na qualificação desse episódio importantíssimo do nosso território, Município de Aveiro, Região de Aveiro, que é o nosso Baixo Vouga lagunar. Quanto à nota da Susana Esteves gostava só de dizer que ouvi muitos disparates em relação aos disparates do concerto da OLI. Muitos disparates. Contar a história, rapidamente.

A empresa estava a negociar com a Câmara, já tinha marcado um espectáculo com os Azeitonas, e são os Azeitonas por causa da ligação da azeitona à oliveira, perceberam essa escolha, no Teatro Aveirense. Tínhamos marcado, estava a negociar-se quem paga o quê, aquelas coisas normais dos contractos, e eu soube disso. E disse «não é justo que a OLI, que é uma empresa de referência com os seus sessenta anos, vá oferecer um espectáculo a quinhentas pessoas». Então liguei a um dos administradores, de quem sou, além do mais, pessoal amigo, mas pessoa com quem também trabalho há muito anos, e disse-lhe «Eng.º tenho aqui um desafio para lhe colocar. Venha com o espectáculo para a rua, fazemo-lo na rua. Vocês vão ter um custo a mais, porque, obviamente um espectáculo fora de portas tem um custo de produção mais alto que dentro de portas, arredondando as contas, cerca de quarenta por cento mais alto, nós podemos dar apoio logístico naquilo que é ceder o palco e permitir a ligação a um ponto de fornecimento de energia. É aquilo que podemos, não vamos gastar um tostão.

Vocês em vez de darem um espectáculo para quinhentas pessoas vão dar para quatro ou cinco mil».

E foi um filme a negociação porque a empresa é uma empresa bem gerida. Lá chegámos a acordo, mas queriam fazer no Rossio. E aí entrei a segunda vez a aliciar o meu interlocutor a fazer no cais da Fonte Nova, para fazermos em sítios diferentes, para darmos vida a outros sítios — e a zona do cais da Fonte Nova é particularmente bela para ser fruída todos os dias e, especialmente, à noite. E eles aceitaram. Foi um sucesso para eles e foi um sucesso para nós. Esta é a verdadeira história que o concerto que a OLI ofereceu, por diligência minha, à nossa Cidade, àquelas pessoas que ali estiveram todas satisfeitas a ouvir um concerto muito interessante dos Azeitonas, melhores cantantes que a nação tem.

Portanto, Sr. Presidente, eram estas as notas que eu gostava de referenciar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵³

Presidente da Mesa⁰⁵⁴

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁵⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

“Enfim, só para dar duas notas. O tal “estado de direito” se fosse aplicado de uma forma fundamentalista a nossa Câmara fechava a porta. Ok. Nós no estado em que estamos não temos condições de cumprir um conjunto de leis. Portanto o “estado de direito” tem de ser equilibrado. Não pode ser fundamentalista. E quando tem estruturas suas, porque esta é uma estrutura de “estado de direito” que tem de criar mecanismos para reequilibrar. E o nosso quadro legislativo atual não tem solução. E o Governo de forma atrasada mas avisada, está a criar um mecanismo que o nosso quadro legal não tem. Portanto este o estado de direito que está a arranjar uma solução para um conjunto de componentes suas que no atual quadro legal não têm solução.

O “Edifício da MoveAveiro”! Primeiro dar-lhe uma explicação. Aquilo não é edifício da MoveAveiro nenhum. Aquilo é uma obra do Polis Litoral Ria de Aveiro, projecto feito pela nossa Câmara Municipal. E aquilo é um edifício que vai ter como função abrigo de passageiros e um pequeno bar e quiosque de apoio ao abrigo de passageiros. Se olhar com atenção, verá que aquilo foi aproveitar uma pequena língua, muito estreita, para fechar um pequeno quarteirão de edifícios, para termos ali um abrigo de passageiros. Com MoveAveiro ou sem MoveAveiro! Mas na lógica de que teremos sempre uma travessia que precisa de ter um sítio para certas condições de sol ou de chuva para as pessoas estarem. É a função daquele edifício, não é a sede da MoveAveiro nem a delegação. A função principal é de local de espera dos passageiros da MoveAveiro ou da sucedânea na operação de gestão daquele transporte público tão importante.

Dr. Jorge Nascimento, não vale a pena. A nossa Câmara trabalha, faz, o senhor não quer ver, não quer perceber que estamos num mundo diferente de há oito anos ou dez anos. Hoje é preciso dar à perna, correr atrás. Quem fica à espera que a coisas venham, não vem nada. Aveiro não tem um investimento de dimensão internacional há mais de dez anos!?

Vai ter o primeiro. Devo dizer que foi eu que assinei o projeto a semana passada. Etc, etc. O Senhor tenha calma, ainda é um rapaz novo, isto vai mesmo andar, tá a ver!? Isto vai mesmo andar.

A sua quantidade de más esperanças não vai resultar. E a nossa quantidade de bom trabalho vai de facto resultar e V. Exa também vai ser mais feliz como munícipe do nosso município pelo nosso trabalho. Tenha a certeza absoluta que assim vai ser. Obrigado.”

PONTO 2. - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE JÚRI DO CONCURSO DAS CHEFIAS DE DIVISÃO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 22/05/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁵⁷ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁸

“De forma sumária e simples, explicar que o nosso critério foi ter o Presidente da Câmara a liderar este processo, chamar o funcionário responsável pelo Gabinete de Auditoria e Qualidade que é também, reconhecidamente, um dos funcionários mais categorizados na componente da administração e das finanças que o nosso Município tem, Dr. Vaz Portugal, e solicitámos à Universidade de Aveiro um alto quadro seu, funcionário também com competências nestas áreas para integrar este júri e a Universidade recomendou o Dr. António José Flor Agostinho, pessoa que, além do mais, conheço bem as suas competências e as suas capacidades. Além dos colegas que são suplentes, nomeadamente o colega vice-Presidente. Este é o nosso critério para cumprir a lei, obviamente que são pessoas que cumprem as exigências legais em termos de credibilidade e de capacidade, e a nossa lógica é propor à Assembleia a aprovação deste júri que é o último passo para que depois sejam publicados os avisos e passemos às fases das candidaturas e à subseqüente fase do recrutamento que queremos que aconteça o mais rapidamente possível.”

Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁹

“A constituição deste júri, a ida dele à Câmara e a vinda dele a esta Assembleia, é o cumprimento de uma norma legal. No entanto, achamos que a Câmara deveria ter outra consideração por esta Assembleia porque para nós, mais importante que as pessoas que compõe o júri, todas elas nos merecem todo o respeito, não temos qualquer reserva quanto a este júri, em nome da transparência que é sempre devida neste tipo de actos, era importante que a Câmara nos trouxesse aqui quais os critérios que o júri terá em consideração para escolher os candidatos. Parece-me que é de elementar importância porque se não estaremos sempre sujeitos a subjetividades, não sabemos, designadamente, o curriculum, a experiência, a formação, nada disso nos foi aqui trazido. Eu pergunto ao Sr. Presidente se o Sr. Presidente faz um bosquejo de alguma regra que já exista de forma geral para outro tipo de concursos. Quando me dirijo ao Sr. Presidente não é pessoalmente, dirijo-me ao Sr. Presidente porque é quem representa a Câmara. Dirijo-me ao Sr. Presidente da Mesa perguntando se o Sr. Presidente da Câmara, isto é, se a Câmara tem já tomadas algumas regras segundo as

quais este júri vai pautar o seu procedimento na escolha. Não me parece que os elementos que compõem este elenco de jurados vá agir de modo subjectivo, cada um com o seu palpite, para com cada uma das pessoas que estejam em sua presença.

Gostaria também de dizer que o Sr. Presidente tem falado muito na questão que fez a fase um da reestruturação, faz pairar por aí todo o leque de ideias que tem sobre o assunto, que isto é bom para a Câmara... Pois, uma reestruturação é sempre boa, é um repensar, é uma espécie de uma auditoria interna àquilo que se está a passar, daquilo que precisa de alguma reforma, é bem que se reforcem também as lideranças, é bem que se pautem os procedimentos que as chefias vieram a ter, mas nós verificamos que neste conjunto de substituições que fez agora que as pessoas que estavam no comando parece que estavam bem porque na verdade são as mesmas. Percebemos também que isto é uma situação transitória e por isso vai haver este júri. Mas também verificamos que no organograma de funções que o Executivo anterior herdou uma estrutura que tinha trinta e nove elementos de chefia, ou andava por aí mas sei que era muita gente. A Câmara precisa de contenção, quando maior for o número de chefias nós percebemos que a gestão é mais difícil, quanto maior for a árvore de comando mais difícil é. O ideal seria que só uma pessoa mandasse directamente em tudo para a ordem de comando chegar, em nome da eficácia. Mas nem sempre, por si só, a eficácia é suficiente. Quem comanda precisa de estar informado pelos outros, precisa de ter opiniões das várias pessoas e, portanto, as chefias são necessárias. Mas, fundamentalmente, nós gostávamos de saber quais são, com objectividade, os critérios para que este júri possa seguir para fazer bem a escolha. E isso parece-me que não veio, não está presente.”

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Ainda bem que tenho o meu ouvido esquerdo um bocadinho surdo porque realmente estas palavras que ouvi do Dr. Jorge Nascimento são lamentáveis. Penso que a Câmara escolheu um júri idóneo, um júri que faz parte de várias instituições da cidade. Face ao cariz legal que é preciso ter um júri para escolher e estar presente neste concurso, escolhendo quem serão os melhores chefes para as chefias que a actual câmara municipal queira implementar no nosso Município.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[061](#)

“Eu tenho que começar por dizer que o CDS não pode reputar de lamentável as palavras do Dr. Jorge Nascimento por quanto o CDS e o PSD caucionaram, no mandato anterior, concursos de natureza semelhante onde entraram para os quadros da Câmara, a título definitivo, mais de quarenta pessoas, o que foi um acto de gestão absolutamente desastroso. E nesse capítulo eu acho que o PSD e o CDS, hoje, não deviam abrir a boca neste ponto.

Eu só quero dizer o seguinte e muito rapidamente. Espera-se que haja total imparcialidade sobre esta questão, é evidente. Nem outra coisa será de esperar.

A única questão se levanta aqui, e não é uma questão directa mas é indirecta, mas é por causa destes concursos e da admissão de novas chefias e dos seus reflexos financeiros que era importante esta Assembleia conhecer quais são as repercussões a esse nível de que estamos a falar. É esse conhecimento que nós queremos ter e que V. Exa ainda na sua última alocução diz que responde a tudo mas a este pormenor ainda não deu

resposta. E é isso que esperamos que faça, denodadamente como é seu apanágio que o faça.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[062](#)

“Sr. Presidente. Pessoalmente acho que o júri está bem escolhido e dentro da lei. Espero que haja imparcialidade e transparência. E já agora quero felicitar, sinceramente, o Sr. Presidente da Câmara. Felicito-o porque é um Presidente da Câmara com muita qualidade e fala com sabedoria, com convicção e que eu ouço com atenção e com satisfação. E que sabe usar aquela máxima «massa em cima de massa vende massa». Parabéns. É um princípio de marketing. Eu é que sou bom, eu é que faço, eu é que não sei o quê.”

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[063](#)

“Muito pouco há a dizer em relação a este ponto. Só para ressaltar a questão de termos um membro no júri indicado pela Universidade de Aveiro, penso que é uma boa iniciativa e que dá outra perspectiva da sociedade civil a este concurso.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[064](#)

“Muito obrigado a todos. Dr. Jorge Nascimento, terei todo o gosto, aliás nem é preciso ter gosto, o aviso onde estão os critérios todos é, obrigatoriamente, público. Terei muito gosto em facultá-lo à Assembleia mas nem é preciso porque ele é, obrigatoriamente, público. Há um espaço no site... aliás dizer porque há bocado esqueci-me, está lá um espaço da discussão pública absolutamente simples. Vai-se a regulamentos, quando abre os regulamentos está a discussão pública dos regulamentos, fácilimo. E também vai estar do aviso do concurso. Sr. Dr. a definição dos critérios é clara, é clássica, pegar em qualquer uma das tipologias de concursos desta natureza é clássica, agora não tenhamos dúvidas, Sr. Dr.

Mesmo que apliquemos, como temos que aplicar nos critérios, um valor matemático, há sempre subjetividade. Não vale a pena estarmos agora aqui com coisas. As coisas são o que são. O que é o nosso compromisso e a nossa determinação é não condicionarmos quem se candidata, embora não esquecendo que neste concurso só pessoas vinculadas à administração pública é que podem concorrer, depois se tivermos alguns dos concursos que não tenham candidatos ou que o júri entenda que nenhum deles reúne condições é que poderá haver um segundo concurso para ir ao mercado de forma aberta, mas deixar claro que a nossa opção é escolher de entre os candidatos o melhor. Tenho dito, e é fácil de perceber, que tínhamos muito gosto que pudesse ser gente da casa, mas só ganharão se forem os melhores porque nós vamos, no concurso, escolher os melhores. Facultaremos os critérios, seremos, estou a falar por mim e, garantidamente, pelas duas pessoas que compõem o júri, rigorosos, exigentes, procurando na abordagem aos critérios escolher os melhores. Não temos qualquer outro interesse e qualquer outro critério religioso, partidário, clubístico, seja lá o que for. Negativo. Queremos, em cada um dos concursos, escolher o melhor candidato que nos vá ser presente.

Em relação à deixa do Sr. Presidente, eu que já fui júri de dezenas e dezenas de concursos, nomeadamente na câmara a que presidi, à exceção de um, a todos os concursos técnicos superiores fui eu que presidi ao júri, nunca dei vinte valores em entrevistas a ninguém. Portanto, é um pressuposto, Sr. Presidente, que tomo como

conselho, mas fica a nota que, na minha longa experiência de presidir a concursos, nunca o fiz, o que não quer dizer que, quem sabe um dia, se alguém perfeito que se candidata a um concurso e a gente dá mesmo vinte, e acabou a conversa. Obviamente, uma apreciação deste género é diferente de uma prova escrita que tem uma grelha e que se se acerta em tudo tem-se vinte, aqui a abordagem é diferente. Mas é isto o critério objectivo que procuraremos cumprir bem neste conjunto de concursos, cada um é um concurso, apenas têm o mesmo júri.

Dr. Marques Pereira pode ter a certeza absoluta que cá trarei uma informação completa, circunstanciada, com todas as componentes do custo. O que tínhamos antes, o que temos agora e o que vamos ter no processo final consequente deste processo concursal. Teremos a informação toda com toda a qualidade e pormenor, mas não vale a pena dar a informação só porque a pediram. Vale a pena dar a informação porque ela também tem um momento para ser dada de forma completa. E daremos toda a informação com todo o gosto como não pode deixar de ser, naquilo que é o nosso critério político.

Sr. João Barbosa eu agradeço a nova máxima que partilhou, não a percebi mas depois o meu amigo ajudar-me-á, pós reunião, a perceber esta frase em que usou a massa três vezes. Seguramente que é uma frase indutora de consistência para a nossa Câmara, coesão entre os vários tijolos que compõem o edifício, fortaleza contra a diversidade, capacidade de acolher bem que fica lá dentro. Seguramente que esta trilogia da massa é uma coisa positiva, construtiva para o nosso Município, e não tenho disso a mais pequena dúvida. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶⁵ ponto 2. - Apreciação e votação da proposta de júri do concurso das chefias de Divisão, sendo aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD15+CDS5+PS1+IND4), onze abstenções (PS9+BE1+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

PONTO 3. - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO DE 1 DE JANEIRO A 30 DE ABRIL DE 2014.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 04/06/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁷

“Obrigado. De forma sumária. Este é o acto administrativo e, obviamente, político para fechar a vida dos Serviços Municipalizados. É a conta deste período de tempo, de um de janeiro a trinta de abril, antes da cessação da sua existência a um de maio. A própria revisão é a introdução no plano de todas as obrigações financeiras que

derivam dessa internalização. É um documento normal, feito pelos nossos serviços que fecham, com verdade, aquilo que foi o trabalho dos serviços municipalizados e que agora estão, como todos bem sabemos, integrados, e bem, dar nota que essa integração correu muito bem, está tudo já no seu lugar, devidamente adaptados para que possamos ter este processo bem cuidado. São duas formalidades necessárias para tratarmos, de forma completa, e bem em termos administrativos, financeiros e também com as formalidades políticas necessárias, o fim da existência dos Serviços Municipalizados de Aveiro.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[068](#)

“Em primeiro lugar eu gostava de falar da digitalização dos documentos que, neste caso, é muito má. Dá a impressão eu aquilo é feito em computador, depois é impresso em papel e depois digitalizam. Custou-me bastante ler este ponto e agradecia que no futuro... Agora, sobre o ponto em si, só gostava de fazer uma pergunta. Na certificação legal das contas lê-se que do contrato de gestão elaborado entre a AdRA e o Município de Aveiro, não foi só o Município de Aveiro mas, neste caso, é o que interessa, atribuiu-se em regime exclusivo a exploração e a gestão dos serviços públicos de fornecimento de água para consumo público e de uma serie de infraestruturas que estão registadas no imobilizado dos serviços municipais e que passaram a ser usados pela AdRA. Foi aqui detectado que, no entanto, têm sido imputados custos do uso dessas infraestruturas aos Serviços, apesar delas não estarem a gerar qualquer rendimento para os Serviços Municipalizados. O que isto quer dizer, pelo que eu percebi, é que o dinheiro público está a pagar o custo daquilo que está a dar lucro à AdRA. Eu gostava que me explicasse isto, foi o que eu percebi das contas, e se isso for verdade gostava de saber que infraestruturas é que são e de quanto dinheiro é que estamos a falar. Muito obrigado.”

Vogal Maria da Luz (JPA)[069](#)

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[070](#)

“Duas notas breves. A primeira para referir que há na certificação legal de contas algumas notas que já não podem ser tratadas pelos Serviços Municipalizados, portanto, espera-se que as mesmas estejam resolvidas agora no foro da Câmara Municipal. Seria bom que elas não estivessem lá, mas estando é preciso dar continuidade à resolução das mesmas. Uma segunda nota final para dizer apenas que a extinção dos Serviços Municipalizados é uma inevitabilidade. O PS manifestou a sua posição relativamente ao facto do que deu origem a esta inevitabilidade e que teve a ver com a alienação do negócio das águas, e nós fomos, na altura, suficientemente críticos. Portanto, nada mais há a registar sobre isso. Apenas para deixar ainda uma nota sobre o papel que os Serviços Municipalizados tiveram dentro das suas funções de eletricidade, água e transportes, e que ao longo do tempo foram sendo transferidas ou para empresas públicas e depois privada. Mas não deixar passar este momento sem uma palavra de agradecimento a quem lá trabalhou e que prestou um tão bom serviço ao Município de Aveiro.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷¹

“Após a extinção dos Serviços Municipalizados esta é uma ação legal exigível, a aprovação das contas entre janeiro a trinta e um de Abril. Por isso, esta bancada vota favoravelmente a apresentação do Relatório e Contas da empresa.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷²

“Em relação à certificação legal a questão é a seguinte. Há, em relação ao manuseamento de algumas componentes da rede, custos que são imputados. O problema que temos, ou que tínhamos, é que tínhamos custos imputados aos Serviços mas os proveitos na Câmara. Tudo aquilo que foi a retribuição que recebemos da AdRA não entrou nos serviços, entrou na Câmara. Nos Serviços ficou alojada dívida e alguma imputação de custos ligados à relação que temos com a AdRA na gestão da rede de água e de saneamento, em algumas matérias, em que o custo é nosso. Aquilo que é essa referência tem a ver com este desequilíbrio que agora, por natureza da reintegração, acabou. Esse problema, essa referência, não voltará a estar em certificação porque agora fica tudo no mesmo quadro legal que é no da Câmara.

Maria da Luz Nolasco. São as suas reflexões, já falámos sobre isso quando foi a discussão da extinção.

Dizer-vos o seguinte. Vocês sabem que nos nossos Serviços Municipalizados ninguém geria a nossa rede de água e de saneamento básico? Vocês sabem que, com a activação da AdRA e a passagem de funcionários da Câmara e dos Serviços Municipalizados, a maior parte para a AdRA, nenhum dos técnicos, dos Serviços ou da Câmara, ficaram com a competência e com a função de gerirem, cogerirem, acompanharem, a gestão da rede de água e de saneamento? Que é uma completamente uma coisa do além. Ficam a saber que já estamos, no quadro da nova estrutura orgânica, a nomear os técnicos que vão ficar responsáveis porque é muito importante termos gente capacitada, que saiba tanto ou mais das redes, como bem lembrou o Ivar Corceiro, que são nossas, são do Município, estão entregues à exploração de uma entidade mas são nossas. E quando hoje estamos a rever acordo com a empresa sobre o saneamento básico, e quando vemos que Aveiro tem cem por cento de cobertura, não é verdade. E falando agora só de rede de águas residuais porque de pluviais nem vinte por cento temos, e saneamento é tudo é as duas redes, pluviais e residuais. Mas esquecemos esse pormenor técnico e vamos às residuais. Soubemos pelos cidadãos que o sítio A, o sítio B, não têm rede. Quem é que na nossa Câmara sabe disto para agora na negociação com a AdRA podermos dizer «esperem lá que há aqui ‘x’ municípios, ‘x’ quilómetros de rede, que é preciso fazer agora na revisão dos investimentos de expansão que fazem parte deste processo de revisão em que estamos». Na nossa Câmara, ao contrário das outras nove que conosco estão na AdRA, ninguém sabe. Justificação: as pessoas foram para a AdRA. Essa agora! Não temos engenheiros? E temos muitos e bons. Não temos cadastro? Temos um SIG com udo cadastrado. Quem é que sabe da coisa? Ninguém!

Dar-vos esta nota de que uma das coisas que descobrimos nesta operação de internalização, não foi exatamente no dismantelar dos Serviços mas da internalização, foram patologias como esta que estamos a corrigir imediatamente porque é muito importante que nós tenhamos competência técnica para manusear e acompanhar o manuseamento da nossa rede de águas pluviais, da nossa rede de águas residuais e da nossa rede de distribuição de água de consumo. Dar-vos esta nota a pretexto deste processo de internalização, que repito correu globalmente bem.

O Picado referenciou que temos que dar continuidade. Pois com certeza, o que disse está bem dito, os agradecimentos já os fizemos. Nada é eterno, aliás há bocado não disse à Dra. Seíça Neves, mas já falámos sobre isso. Acabou uma feira. Essa agora, mas onde é que está escrito que uma feira agora é eterna. Parece que isto não tem que ter dinâmica, e hoje existe uma coisa e amanhã deixa de existir, hoje há uma empresa e amanhã deixa de existir. É a vida. Hoje há os Serviços Municipalizados e amanhã deixam de existir. Isto são as dinâmicas, apenas que sejam dinâmicas positivas, que sejam coisas positivas que provocam a mudança. Embora às vezes também são coisas negativas que a provocam. É nossa convicção, por isso o fizemos, que este é um acto positivo, e a convicção maior, por tudo aquilo que dissemos, é que o relatório é bom, expressa bem o que aconteceu nestes últimos quatro meses de vida dos Serviços, obviamente com o reconhecimento do trabalho de tanta gente que contribuiu para esse bom serviço aos cidadãos.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[073](#)

“O Sr. Presidente disse assim «a rede é nossa». É da Câmara, sim. Primeira questão que ponho. A Câmara alienou a rede a favor da AdRA? Parece que não. O Sr. Presidente dá outra premissa dizendo «a Câmara tem engenheiros e bons», mas houve engenheiros que foram para a AdRA. Então eu pergunto, então os engenheiros e bons que estão do lado da Câmara, e que já estavam antes do exercício deste mandato, o que é que autoriza o Sr. Presidente a dizer que estes engenheiros e bons que estão do lado da Câmara não possam ir ver a rede que afinal a Câmara não alienou? Não sei se me faço entender mas não é difícil, Sr. Presidente. Não é difícil. A rede é da Câmara e continua a ser. Era e ficou a ser depois do contrato de cedência com a AdRA. A rede ficou da Câmara. Houve engenheiros que continuam na Câmara e são competentes para verificar a rede, há engenheiros que também eram dos Serviços e foram para a AdRA, esses lá estão do lado da AdRA. Mas há engenheiros que estão do lado da Câmara que muito bem podem, quando este Executivo, através do Sr. Presidente da Câmara, como podiam no Executivo anterior, ir verificar a rede. Fica-me assim a grande interrogação o que é que autoriza o Sr. Presidente que esta coisa é do além, que a Câmara não pode ir ver a rede? O que é que autoriza a não ser o desejo de dizer mal? É a pergunta que eu gostava que o Sr. Presidente dissesse. O que é que impede estes engenheiros de hoje de fazer o que não fizessem anteriormente. É só isto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[074](#)

“Dr. Jorge Nascimento. Eu acho que V. Exa. se baralhou aqui na ponta final. E eu explico com todo o respeito. V. Exa. repetiu as minhas palavras, iguais. Tirou foi a conclusão perversa. Eu disse exactamente o que V. Exa. disse, no fim baralhou-se. Eu sei que esta coisa dos canos enterrados no chão não é fácil. As condutas não são fáceis, é um movimento de engenharia que, de facto, não é fácil. Mas o Sr. Dr. disse o mesmo que eu disse. Vou repetir, usando as mesmas palavras de há bocado, seguramente com alguma nuance, e as mesmas de V. Exa. Nós não cuidámos quando activámos a AdRA de entregar a função de acompanhamento técnico, de gestão técnica, do lado da Câmara, das redes de águas residuais e das redes de distribuição da água de consumo, não o cuidámos, não entregámos essa função a nenhum dos engenheiros que a Câmara tem, tinha e tem. E aquilo que descobrimos neste processo de internalização foi esta circunstância que descobrimos e que não a conhecíamos, como é natural. Quando começámos a fazer perguntas na arrumação, quem fica com o quê na nova estrutura

orgânica, descobrimos que ninguém tinha esta função atribuída. Agora, estamos a atribuí-la a engenheiros que não estiveram a tratar estas matérias e passam a tratá-las. Tão simples quanto isto.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷⁶ ponto 3. - Apreciação e votação do relatório de gestão e contas dos Serviços Municipalizados de Aveiro de 1 de janeiro a 30 de abril de 2014, sendo aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD15+CDS6+IND2), treze abstenções (PS10+PCP1+IND2), e um voto contra (BE1).

Seguiram-se as declarações de voto, nos termos regimentais, dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁷⁷

“Gostaria de fazer uma declaração de voto, reiterando aquilo que o PCP referiu em Assembleias Municipais passadas a propósito da extinção dos SMA. Na opinião do PCP é um passo negativo, deixando assim a Câmara Municipal de Aveiro impotente para o futuro e para aquilo que possa ser uma necessidade.”

Vogal Ivar Corceiro (BE):⁰⁷⁸

“O Bloco de Esquerda considera que não estamos apenas a votar as contas em si mas o reflexo político das contas que é a extinção dos Serviços Municipalizados e, por isso, não poderia votar a favor.”

Presidente da Mesa⁰⁷⁹

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁸⁰ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁸¹ a primeira reunião da Sessão Ordinária Junho, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 23 de Junho (2.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 20 de Junho de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)